

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

| | |
|----------------------|--|
| ORIGEM DA LICITAÇÃO: | SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS |
| MODALIDADE: | PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 |
| PROCESSO Nº: | P054249/2026 |
| OBJETO: | CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE 02 (DUAS) SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS ABRIGADAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS. |

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas na **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos **Decretos Municipais nº 15.595**, de 22 de março de 2023; **Decreto Municipal nº 15.604**, de 28 de março de 2023; **Decreto Municipal nº 13.735**, de 18 de janeiro de 2016; **Lei Municipal nº 10.350**, de 28 de maio de 2015; na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela **Lei Complementar nº 147**, de 07 de agosto de 2014; no art. 401-A da **Lei Complementar nº 159**, de 23 de dezembro de 2013; na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DE OBJETO:** SERVIÇOS COMUNS.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

*** DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sítios **compras.fortaleza.ce.gov.br** e www.compras.gov.br.
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio 'spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br', sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

*** DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 11/05/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 26/05/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 26/05/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de **Brasília/DF**.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO;
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO;
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES;
6. DA FASE DE JULGAMENTO;
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
8. DOS RECURSOS;
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO;
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.



1. DO OBJETO:

1.1.CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE 02 (DUAS) SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS ABRIGADAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

1.2 A licitação será realizada em **GRUPO ÚNICO**, conforme tabela constante no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O presente certame **não destinará cota reservada** para microempresas e empresas de pequeno porte, com espeque no art. 49 incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, devido à particularidade do objeto licitado, conforme justificativa constante no **ANEXO VIII - JUSTIFICATIVA DE NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** deste Edital.

2.5.1. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em



qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas as de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme **ANEXO IV - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO.**

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em



substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o **item 2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRASGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a



proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Em caso de falsidade das declarações apresentadas, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO V** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.13. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema



poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. VALOR UNITÁRIO (R\$) e VALOR TOTAL (R\$) do ITEM, os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.4. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA** presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento do pagamento, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 4.9**.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa **CONTRATADA** ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor UNITÁRIO do ITEM**.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- 5.9.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.14.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.14.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.14.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os



lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 5.15**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



5.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.5.2. Empresas brasileiras;

5.22.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22.5.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.5 deste edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração no preço.

6.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não for cabível esse regime.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR**.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Não será admitido a participação de consórcio de empresas conforme **ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou CRC Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das



propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio no sistema no prazo de até 10 (dez) minutos, do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

8.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até



8.10. que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou **10.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, caso o Termo de Referência exija;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, caso o Termo de Referência exija;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.2.9. Fraudar a licitação;

10.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, caso o Termo de Referência exija;

10.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I – Advertência;



II – Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

10.4. A sanção de **MULTA** será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do **subitem 10.4**;

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a contratada ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

10.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Termo de Referência.

10.6. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no **subitem 10.8** impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

10.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

10.9. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica,



11.4. devendo ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

11.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar **EXCLUSIVAMENTE** o procedimento descrito acima, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

11.6. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Será divulgado o TERMO DE JULGAMENTO no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico 'compras.fortaleza.ce.gov.br' e 'www.compras.gov.br'.

12.11. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

12.12. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I DO ANEXO I - RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN 1

APÊNDICE II DO ANEXO I - RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN 2

APÊNDICE III DO ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

APÊNDICE IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IV - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

ANEXO VI - RELAÇÃO CATSER

ANEXO VII - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

ANEXO VIII – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA COTA RESERVADA

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Secretário Municipal das Finanças

APROVAÇÃO EXPRESSA DA ASSESSORIA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

Secretaria Municipal das Finanças – Célula de Gestão Administrativa – CEGEA.

2. OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças/materiais necessários à execução dos serviços de 02 (duas) subestações elétricas abrigadas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN.

3. JUSTIFICATIVA:

Considerando que as sedes (SEFIN I e SEFIN II) da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN necessitam de um perfeito funcionamento da rede elétrica, como condição básica para o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas que garantam aos seus servidores e aos contribuintes, em geral, um ambiente seguro e condizente com plano estratégico da SEFIN;

Considerando que as possibilidades de ocorrências negativas devam ser mitigadas para não comprometerem a plenitude das atividades desenvolvidas pela SEFIN, haja vista que todo o sistema que alberga as informações tributária e financeira será comprometido com a interrupção do fornecimento da energia elétrica;

Considerando, que a sujeira acumulada nas subestações poderá danificar placas, disjuntores e outros elementos elétricos prejudicando, sobremaneira, o bom funcionamento da subestação elétrica abrigada da SEFIN;

Considerando, ainda, que a Secretaria Municipal das Finanças não dispõe de mão de obra especializada, que detenha conhecimento técnico, devido à sua complexidade, por se tratar de serviço elétrico com especificidades relacionadas à subestação abrigada, tão pouco a disponibilidade rápida de aquisição dos mais diversos materiais para correção de defeitos em subestações.

Assim, é notória a necessidade de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da subestação elétrica abrigada, visando: redução do tempo de indisponibilidade de energia, redução da ocorrência de falta de energia não programada e economia ao Erário, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Item 4 deste Termo de Referência;

A contratação visa assegurar o **funcionamento ininterrupto, seguro e eficiente das subestações**, garantindo a **continuidade das atividades administrativas e operacionais da SEFIN**, de modo a prevenir falhas elétricas e reduzir riscos de paralisação dos sistemas institucionais.

Solicitamos à contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, ou seja, de limpeza das 02 (duas) subestações existentes na SEFIN, como também reposição de peças e equipamentos, haja vista que a concessionária (ENEL) garante a

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

manutenção elétrica somente, até o ponto de conexão, local de interligação entre as instalações do distribuidor de energia e do consumidor.

A presente contratação será realizada através de **Grupo Único** com itens agrupados, em virtude da indivisibilidade do serviço, visto que qualquer desmembramento acarretaria prejuízo ao conjunto do serviço a ser contratado.

4. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO E SERVIÇO E DO VALOR:

| GRUPO ÚNICO | | | | | | | | |
|-----------------------------------|--------|---|---|------------|------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|
| MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA | | | | | | | | |
| Item | CATSER | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | QTD. ANUAL | QTD. QUINQ | VALOR UNITÁRIO MENSAL | VALOR TOTAL PARA 12 MESES | VALOR TOTAL PARA 60 MESES |
| 1 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN I: Rua General Bezerril, nº 755 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses | 12 | 60 | R\$ 2.494,48 | R\$ 29.933,76 | R\$ 149.668,80 |

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

| | | | | | | | | |
|---------------------------|------|---|--|----|----|-----------------|------------------|-------------------|
| 2 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN II: Rua General Bezerril, nº 730 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e a Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. | 12 | 60 | R\$ 2.494,48 | R\$ 29.933,76 | R\$ 149.668,80 |
| VALOR TOTAL PARA 12 MESES | | | | | | R\$ 59.867,52 | | |
| VALOR TOTAL PARA 60 MESES | | | | | | R\$ 299.337,60 | | |

4.1. Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

5. DA VISTORIA:

5.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, conforme Anexos objeto deste Termo de Referência.

5.2. Será assegurado ao interessado o direito de realização de **VISTORIA PRÉVIA**, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 horas às 16: 30 horas.

5.3. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto à **Célula de Gestão Administrativa –CEGEA, através do telefone (85) 2180.1716/2180.1718 ou através do e-mail: administrativo.coafi@sefin.fortaleza.ce.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



com o agendamento de outros licitantes.

5.4. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida de Visita Técnica, por **DECLARAÇÃO** formal assinada pelo representante legal da empresa ou responsável técnico, desde que tenha conhecimento técnico suficiente das condições e peculiaridades da contratação.

5.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes, evitando custos adicionais.

6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.1. O serviço de Manutenção Preventiva deverá ser prestado dentro do prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da emissão da Nota de Empenho, seguido da Ordem de Serviço.

6.2. O serviço de manutenção preventiva deverá ser prestado de forma mensal, incluindo inspeções visuais e instrumentais, em conformidade com as normas ABNT NBR 14039 (Instalações Elétricas de Média Tensão), NBR 5410 (Baixa Tensão), NBR 16384 (Segurança em eletricidade — Recomendações e orientações para trabalho seguro em serviços com eletricidade), NBR 13231 (Proteção contra incêndio em subestações elétricas) bem como as Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35, quando aplicável, e a confecção de relatório técnico referente ao serviço prestado.

6.3. As atividades a serem realizadas em cada **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** com periodicidade **MENSAL**, incluem:

- ✓ Ramal de entrada: verificação da integridade, revisão e reaperto de conexões, limpeza e inspeção dos para-raios;
- ✓ Conjunto cabo-mufla: revisão e reaperto das conexões, limpeza de cabos e terminações, verificação de aterramentos e integridade;
- ✓ Transformadores: limpeza externa, inspeção de conexões de alta e baixa tensão, verificação de buchas, tampas e guarnições, análise de possíveis vazamentos de óleo, ensaios de resistência ôhmica e de isolamento, medições elétricas com apresentação de certificados de calibração dos instrumentos;
- ✓ Chaves seccionadoras: limpeza, inspeção de articulações, pinos, travas e isoladores, lubrificação de partes móveis, medição de resistência de isolamento, verificação de intertravamentos e reaperto de conexões;
- ✓ Barramentos: limpeza, inspeção dos suportes e isoladores, reaperto de conexões e checagem do aterramento;
- ✓ Sistema de aterramento e SPDA: medição da resistência ôhmica da malha de terra e revisão das conexões;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- ✓ Quadros elétricos (QGBT/QTA): inspeção, limpeza, reaperto de conexões, teste funcional de transferência de carga (quando aplicável);
- ✓ Banco de capacitores: inspeção, limpeza e testes de funcionamento;
- ✓ Ensaios de óleo isolante (quando aplicável): coleta de amostras e realização de ensaios físico-químicos (rigidez dielétrica, índice de neutralização e teor de água), com apresentação de laudos técnicos;
- ✓ Relatórios técnicos: emissão de relatório completo com todos os testes, ensaios e medições, acompanhado de ART registrada no CREA referente ao serviço executado.
- ✓ Apresentar resultados de todas as medições elétricas realizadas, com conclusões;
- ✓ Apresentar sugestão de melhorias, em caso de pendências observadas;
- ✓ É de responsabilidade do contratante, visando a execução da manutenção preventiva, a solicitação de desligamento da energia junto a Enel, mediante planejamento apresentado pela contratada, num prazo mínimo de 30 dias da data pretendida para manutenção. Caso seja necessário realizar o desligamento de energia, deverá ser previamente informado a Sefin, no prazo mínimo de 10(dez) dias da data pretendida do desligamento, com a finalidade de não prejudicar o normal funcionamento da Secretaria Municipal das Finanças.

6.4. Todas as medições e ensaios deverão ser realizados com instrumentos devidamente calibrados, acompanhados de certificados válidos, emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO.

6.5. O planejamento, execução e acompanhamento dos serviços deverão observar também as boas práticas de gestão de projetos descritas no PMBOK (Project Management Body of Knowledge), garantindo padronização, eficiência, mitigação de riscos e melhoria contínua.

7. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

7.1. Os serviços de manutenção corretiva serão executados **SOB DEMANDA**, sempre que identificadas falhas, defeitos ou comprometimento de desempenho em quaisquer componentes das subestações elétricas, abrangendo integralmente a substituição de peças defeituosas por peças novas, ajustes, testes e ensaios necessários ao restabelecimento pleno do funcionamento.

7.2. A manutenção corretiva deverá ser realizada através da **ORDEM DE SERVIÇO**, onde, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, a Contratada deverá comparecer para realizar a verificação do serviço a ser realizado, nos prazos constantes no APÊNDICE III DO ANEXO I.

7.3. Caso a Ordem de Serviço indique ser um chamado emergencial, a Contratada deverá comparecer na sede da Sefin I ou II, no prazo estipulado no Anexo I -ANS. O chamado poderá ser realizado através de *email* e/ou contato telefônico.

7.4. Caso a empresa contratada verifique a necessidade de substituição de peças/equipamentos, deverá comunicar a fiscalização do contrato, apontando as justificativas para a necessidade de substituição informada. A fiscalização analisará e, concordando, aprovará a solicitação apresentada através da emissão de ordem de serviço, podendo esta situação ocorrer durante a própria realização de manutenção preventiva geral da subestação para se evitar a necessidade de nova visita técnica ao local.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.5. A contratada será responsável pela reposição integral de quaisquer peças ou componentes, independentemente de modelo, tipo, quantidade ou valor unitário, sem que caiba cobrança adicional ao contratante.

7.6. As peças utilizadas deverão ser novas, originais de fabricante ou similares homologadas, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, observando sempre as especificações técnicas recomendadas.

7.7. Após cada intervenção corretiva, deverá ser emitido relatório técnico detalhado, acompanhado da respectiva ART registrada no CREA, atestando a plena operacionalidade do sistema.

7.8. Todo o serviço deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas da ABNT (NBR 14039, NBR 5410, NBR 16384 e correlatas), com as exigências da NR-10 e NR-35, e em consonância com as boas práticas de gestão do PMBOK, que estabelecem diretrizes de planejamento, monitoramento, controle e garantia da qualidade

8. DOS SERVIÇOS CONTINUADOS:

8.1. O serviço de manutenção da subestação elétrica, possui a natureza continuada, conforme Portaria nº 105/2024-SEFIN, que define os serviços e fornecimentos considerados de natureza contínua, no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças, para fins de aplicação da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 15.913 de 27 de fevereiro de 2024, sendo possível, portanto, prorrogar a vigência contratual, nos termos no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

- **Projeto/Atividade:** 23.901.04.122.0001.2016.0029 – Manutenção e Funcionamento Administrativo;
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- **Fonte de Recursos:** 0.175900000003- Recursos Vinculados a Fundos – Recursos Vinculados ao FIDAF.

10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. Os serviços deverão ser executados no prazo de até 10 (dez) dias corridos, e de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo I – Acordo de Nível de Serviço - ANS, contados da emissão da Nota de Empenho, seguido da Ordem de serviço, onde os mesmos deverão ser prestados rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

10.2. Todas as despesas referentes aos serviços, mão-de-obra, materiais, multas, danos ao patrimônio público ou a terceiros, deslocamentos, transporte, enfim, taxas de qualquer natureza, ficarão a cargo da **CONTRATADA**.



10.3. Todos os materiais e serviços deverão estar de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Concessionárias locais.

10.4. Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, em especial a NR-10 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.5. Fornecer e obrigar os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço a usar equipamentos individuais e coletivos de segurança, de acordo com o previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego e nos demais dispositivos de segurança, e utilizar uniforme e crachá de identificação (da empresa), durante todo o tempo de permanência no local da execução dos serviços.

10.6. O pessoal utilizado pela **CONTRATADA** não terá vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, cabendo a **CONTRATADA** todo e qualquer ônus decorrente de relação de emprego, encargos sociais, seguros contra acidente e quaisquer exigências das leis trabalhistas e previdenciárias.

10.7. A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

10.8. A **CONTRATADA** deverá assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência ou às normas de segurança quanto da execução dos serviços.

10.9. As pessoas, a serviço da empresa **CONTRATADA**, deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento.

10.10. A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, fornecer todos os equipamentos de segurança (EPI's) em quantidades suficientes a seus funcionários e exigir-lhes o uso, sempre que o produto ou atividade demandar, de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

10.11. Todo e qualquer serviço a ser executado pela empresa **CONTRATADA** deverá ser acompanhado por um servidor vinculado ao **CONTRATANTE**, que não se responsabilizará por qualquer intercorrência eventualmente ocasionada durante e após a realização do serviço.

10.12. O **CONTRATO** terá cobertura de 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana sem restrições a final de semana ou feriado, estando a **CONTRATADA** sempre disponível a dar suporte técnico para a realização dos serviços nas subestações abrigadas.

10.13. Os serviços deverão ser realizados nos endereços abaixo indicados:

| LOCAIS DE EXECUÇÃO | |
|--|---|
| ÓRGÃO/ENTIDADE | ENDEREÇO: |
| Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN I | Rua: General Bezerril, nº 755, Centro – Fortaleza/CE – CEP: 60.055-100 – SEFIN I |
| Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN II | Rua: General Bezerril, nº 730, Centro – Fortaleza/CE – CEP: 60.055-100 – SEFIN II |

10.14. O **CONTRATANTE** designará Comissão Técnica cujo propósito será o acompanhamento do serviço e a conferência deste com as especificações contidas na proposta de preços, edital e neste Termo. Caso o serviço esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos,



os servidores rejeitarão o atesto do mesmo.

10.15. A **CONTRATADA** ficará obrigada a executar novamente, sem ônus para o **CONTRATANTE**, imediatamente ou no prazo que o **CONTRATANTE** determinar, os serviços que vierem a ser recusado.

10.16. O serviço que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e neste instrumento deverá ser realizado novamente no prazo fixado no subitem **10.1** deste Termo de Referência, contados da sua notificação, sob pena de não ser atestado.

10.17. Os serviços de manutenção deverão ser realizados preferencialmente das sextas-feiras aos domingos, no horário compreendido entre 18h e 22h às sextas-feiras e entre 08h e 17h aos sábados e domingos, tudo rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta apresentada pela empresa **CONTRATADA**, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

10.18. É de responsabilidade do contratante, visando a execução da manutenção preventiva, a solicitação de desligamento da energia junto a Enel, mediante planejamento apresentado pela contratada, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data pretendida para manutenção.

10.19. Quanto ao recebimento:

10.19.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, no prazo de até 10(dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por servidor indicado pelo **CONTRATANTE**;

10.19.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 30(trinta) dias, após verificação da qualidade e da quantidade do serviço prestado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pela Comissão Técnica de Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO, devendo haver rejeição no caso de desconformidade;

10.19.3. Prestar garantia dos serviços prestados, nos seguintes prazos:

10.19.3.1. 90(noventa) dias, a contar do Termo de Recebimento Definitivo, para as peças de reposição e da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, **exclusivamente no BANCO SANTANDER S/A.**, ou em outro que venha a lhe substituir conforme indicação do **CONTRATANTE**.

11.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

11.3. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



11.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou, se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste Termo.

11.5. Os pagamentos encontram-se, ainda, condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

11.5.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA SEFIN:

12.1. São obrigações da **SEFIN**:

12.1.1. Solicitar a execução do objeto à **CONTRATADA** através da emissão de Ordem de Serviço, após a emissão do Empenho.

12.1.2. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

12.1.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de Comissão Técnica de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato.

12.1.4. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste Termo.

12.1.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos equipamentos contratados através de servidores especialmente designados.

12.1.8. Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

12.1.9. Documentar as ocorrências havidas.

12.1.10. O **CONTRATANTE** se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

12.1.11. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, o **CONTRATANTE** se obriga a dar ciência prévia à **CONTRATADA** quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da



minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados, quando for o caso.

12.1.12. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte do CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

13.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões, limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor inicial atualizado do contrato.

13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

13.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

13.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução do objeto contratado, no prazo máximo estipulado no subitem 13.6;

13.8. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução contratual;

13.9. A **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

13.10. O CONTRATO terá cobertura de 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana sem restrições a final de semana ou feriado, estando a CONTRATADA sempre disponível a dar suporte técnico para a realização dos serviços nas subestações abrigadas.

13.11. Caso existe algum intercorrência de cunho emergencial, os serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, deverão ser realizados imediatamente, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, nos prazos estabelecidos no APÊNDICE III DO ANEXO I.

13.12. No momento da celebração do CONTRATO, a empresa **CONTRATADA** deverá executar os serviços



em estrita observância as Leis ambientais no âmbito Federal, Estadual e Municipal, que regulamentam a execução do serviço contratado, onde, caso a empresa **CONTRATADA** não detenha todas as licenças/documentos específicos para a realização do serviço.

13.13. Prestar garantia dos serviços prestados, nos seguintes prazos:

13.13.1. 06(seis) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo, para a prestação de serviços de manutenção corretiva e da manutenção preventiva;

13.14. Em casos excepcionais, e desde que autorizado pelo CONTRATANTE, os serviços de manutenção corretiva poderão ocorrer em local diferente do indicado no subitem 10.12 deste Termo de Referência, onde, através de prévia autorização do Gestor do CONTRATO, a CONTRATADA fará a retirada do equipamento com a finalidade de não prejudicar o funcionamento das dependências da SEFIN, e substituir por equipamento similar.

13.15. Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

13.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.18. Manter-se, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pelo Contratante, para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratada qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

13.19. Acatar as orientações do Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.20. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados do Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

13.21. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados ao CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CONTRATANTE.

13.22. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie.

13.23. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas ao CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O acompanhamento e monitoramento do Contrato, será realizada pelos servidores abaixo listados:

14.1.1. A execução do objeto deste Termo será acompanhada e fiscalizada pela servidora **GISLANE UCHOA LIMA** - Matrícula nº 61114, lotada na Célula de Gestão Administrativa - CEGEA, especialmente designada para este fim pelo **CONTRATANTE**, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, doravante denominada GESTORA DO CONTRATO;

14.1.2. Os demais membros da Comissão Técnica serão os servidores **PAULO DE OLIVEIRA ALMEIDA FILHO** – Matrícula 60375, lotado na Célula de Gestão Administrativa - CEGEA, ora designada como fiscal técnico e o servidor **JOSÉ LUCIANO DO NASCIMENTO**, Matrícula nº 18608, fiscal administrativo, lotado na Célula de Gestão Administrativa – CEGEA.

14.1.3. Os trabalhos serão supervisionados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da comissão mencionada nos itens acima, com poderes para verificar se a aquisição dos produtos estão sendo executados, de acordo com o exposto neste Termo; analisar e decidir as proposições da **CONTRATADA**, com vistas à melhoria daqueles; fazer advertência quanto às faltas cometidas pela

CONTRATADA, quando houverem; e ainda, opinar sobre as demais ações, buscando sempre o perfeito andamento das atividades albergadas por este Termo.

14.1.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades.

Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução do objeto deste Termo deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

14.1.5. A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte a aquisição dos bens e serviços prestados, se estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, onde o bem adquirido ou o serviço rejeitado, deverá ser executado novamente sem ônus para o **CONTRATANTE**.

14.1.6. Os servidores indicados nos itens **14.1.1** e **14.1.2** serão responsáveis pelo atesto referente a cada entrega dos produtos adquiridos e dos serviços prestados.

14.1.7. Na ausência do Gestor do CONTRATO, ficará responsável pelo aceite do objeto contratual, através do respectivo atesto, os servidores indicados no item **14.1.2.** deste Termo de Referência.

15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

15.1.2. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

15.1.3. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo (a) Pregoeiro (a).

15.1.4. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



15.1.5. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

15.1.6. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

15.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.2.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

15.2.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz

15.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

15.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.2.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da Lei nº 5.764/71;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da Lei nº 5.764/71;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

15.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.3.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

15.3.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

15.3.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. **DECLARAÇÃO** constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. **ATA DA SESSÃO** em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. **RELAÇÃO DOS COOPERADOS** que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

15.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.4. CAPACIDADE TÉCNICA

15.4.1. Capacidade Técnico-Operacional:

15.4.1.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativo a: execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva subestação abrigada em **potência 13.800V/380/220V – 225 KVA** ou superior.

15.4.1.2. O(s) atestados(s), devidamente datados(s) e assinado(s), deverá ser emitido(s) em papel timbrado do emitente, devendo conter o nome do representante legal, cargo/função, telefone e/ou e-mail da pessoa jurídica.

15.4.1.3. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade.

15.4.2. Capacidade Técnico – Profissional:

15.4.2.1. Para fins de habilitação, as licitantes deverão comprovar experiência técnica e capacidade operacional para execução dos serviços de manutenção preventiva/corretiva de subestação elétrica abrigada em **potência 13.800V/380/220V - 225 KVA** ou superior, conforme descrito a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



15.4.2.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente ou como responsável técnico, profissional de nível superior habilitado para a execução dos serviços de manutenção preventiva/corretiva de subestação elétrica abrigada em **potência 13.800V/380/220V - 225 KVA** ou superior, devidamente registrado no CREA-CE.

15.4.2.3. Esse profissional deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo respectivo conselho, que ateste a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de subestação elétrica abrigada, conforme o objeto desta licitação. A CAT deve estar acompanhada do(s) respectivo(s) atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrados no conselho profissional competente, conforme previsto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.2.4. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

15.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.5.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

15.5.1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

15.5.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

15.5.2. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no subitem 15.5.1.

15.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.5.3.1. Os documentos referidos no subitem **15.5.3**, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.5.4. O balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, todos registrados e autenticados na Junta Comercial, constando, necessariamente, o número do Livro Diário e das respectivas folhas nas quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



15.5.5. Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitado os termos do Decreto nº 8.683/2016 e a INRFB vigente.

15.5.6. O balanço patrimonial apresentado deverá corresponder aos termos de abertura e encerramento do Livro Diário apresentado.

15.5.7. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação e editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

15.5.7.1. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

15.5.8. No caso de Licitante recém-constituída (há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.9. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório; em se tratando de cooperativas, o balanço patrimonial, atendidas as formalidades legais pertinentes, deverá ser inscrito na junta comercial competente.

15.5.10. Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá ser comprovada a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

$$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP} \geq 1,0$$

PC+PELP

Ou

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

PC

Ou

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP} \geq 1,0$$

PC + PELP

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

LC: Liquidez Corrente SG: Solvência Geral

AT: Ativo total

15.5.11. Caso o subitem **15.5.10** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovada através da apresentação do balanço patrimonial.

15.5.12. Caso a licitante cote mais de um item, o valor do patrimônio líquido deverá corresponder ao somatório dos itens dos quais for vencedor.

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

16.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contado da sua assinatura, devendo ser publicado na plataforma do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e, por extrato, no Diário Oficial do Município de Fortaleza (DOM), podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 c/c art. 107, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, observadas as seguintes diretrizes:

I – a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II – a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III – A administração terá a opção de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.2. O prazo de execução contratual deverá ocorrer dentro do prazo da vigência contratual.

16.3. Nos casos em que o documento for assinado digitalmente, a data de assinatura a ser considerada será aquela da última assinatura digital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

17.3. A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

17.4. A sanção de **MULTA** será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 17.34.

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a contratação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

c) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

17.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo Único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

17.6. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- II - der causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; ou
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 17.7 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

17.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

17.9. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e 98, da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato ou por, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo



que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

18.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

18.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 18.6 deste instrumento.

18.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

18.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

18.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

19. DA SUSTENTABILIDADE:

19.1. A CONTRATADA durante a vigência do Contrato a ser celebrado, deverá adotar as seguintes práticas:

a) Separação e coleta seletiva de resíduos gerados nas manutenções (cabos, metais, isoladores, óleos, papel, plástico, etc.);

b) Destinação correta de óleos isolantes usados, baterias, lâmpadas, equipamentos eletrônicos e outros materiais perigosos, conforme legislação ambiental vigente (Resolução CONAMA nº 362/2005, Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010);

c) Apresentação de comprovantes de destinação final adequada (notas fiscais, certificados de recebimento por empresas licenciadas);

d) Priorizar soluções e peças que apresentem maior eficiência energética e menor consumo de recursos naturais;

e) Substituição de equipamentos obsoletos por versões mais eficientes, sempre que tecnicamente viável e autorizado pela Administração;

f) Reduzir o uso de água potável nas atividades de limpeza (usar técnicas de limpeza a seco quando possível).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- g) Planejamento do uso de materiais para evitar desperdícios;
- h) Adquirir preferencialmente produtos e insumos certificados (ex.: ISO 14001, Selo Verde, Procel, etc.);
- i) Priorizar fornecedores locais ou regionais, reduzindo emissões com transporte.
- j) Proibir qualquer forma de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo;
- l) Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra local, práticas de inclusão social, diversidade e promoção da equidade de gênero, raça e etnia, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU;
- m) Assegurar condições de trabalho dignas, em conformidade com as normas de segurança e saúde do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes e no bem-estar dos trabalhadores, atendendo às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, bem como à legislação trabalhista vigente;
- n) Cumprir integralmente os requisitos legais relacionados às questões ambientais, trabalhistas e sociais aplicáveis à execução do contrato, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. O Município de Fortaleza, reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

20.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021.

20.3. Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza/CE como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

21. São anexos deste Termo de Referência:

APÊNDICE I - RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN I;

APÊNDICE II - RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN II;

APÊNDICE III - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO;

APÊNDICE IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR –ETP.

documento assinado digitalmente

Gislane Uchoa Lima

Gerente da Célula de Gestão Administrativa



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

APÊNDICE I DO ANEXO I
ANEXO I - RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN 1

ITENS INSPECIONADOS:

Subestação de Energia Grupo Gerador

Fonte de Alimentação Ininterrupta – No Break

RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN 1

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Local: Prefeitura Municipal de Fortaleza - Secretaria Municipal De Finanças – SEFIN 1.

Endereço: Rua Gal Bezerril 755, Centro - Fortaleza/CE.

1 – Considerações Iniciais:

O prédio onde está localizada a Secretaria Municipal das Finanças do Município de Fortaleza – SEFIN 1, possui subestação própria, atendida pela concessionária Enel. Como forma de garantir falhas no fornecimento de energia, a SEFIN 1, possui gerador a diesel de 101 KW, atendendo parcialmente a secretaria e nobreak de 60 kVA, que atende as cargas extremamente essenciais. Considerando as constantes interrupções de energia por parte da Concessionária Enel, e considerando também a importância da continuidade de funcionamento de todos os setores que compõem a Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza, é de fundamental importância que o gerador a diesel tenha potência para atender toda a instalação.

Considerando também que a subestação elétrica é uma instalação de grande importância e criticidade, é imprescindível a realização de manutenção regular, constante, como forma de evitar falhas que possam ocasionar problemas graves à edificação e aos equipamentos. Atualmente, encontra-se sem contrato de manutenção. O sistema de suprimento ininterrupto de energia, NO BREAK, instalado na SEFIN 1, bastante antigo e com o sistema de baterias totalmente danificado, sem uso. Portanto, faz-se necessária sua substituição como forma de garantir a continuidade das cargas extremamente essenciais. Um gerador, mesmo os mais modernos, levam em torno de 10 a 18 segundos para partir, tempo suficiente para causar interrupção dos computadores e equipamentos diversos. O no break não precisa desse tempo. Assim que a falha é detectada, o no break é acionado instantaneamente e num curtíssimo intervalo de tempo, começa a fornecer energia através de suas baterias internas.

2 –Generalidades:

A SEFIN 1, é atendida pela concessionária Enel, em média tensão, Grupo A. Apesar de não possuímos o projeto elétrico da subestação, presume-se que o transformador seja de 300 KVA,



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

uma vez que os cabos fases que o interligam ao Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) são de 240 mm² e Disjuntor Geral de Proteção, de 400 A.O gerador será ligado em paralelo ao transformador, destinando-se a suprir a falta de energia em casa de falha no fornecimento da Enel ou mesmo falha do transformador.A instalação deverá possuir Quadro de Transferência Automática (QTA), para que, em casos das falhas citadas acima, a transferência de suprimento seja feita através de chaves com intertravamento elétrico e mecânico, não permitindo o paralelismo entre transformador e gerador.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

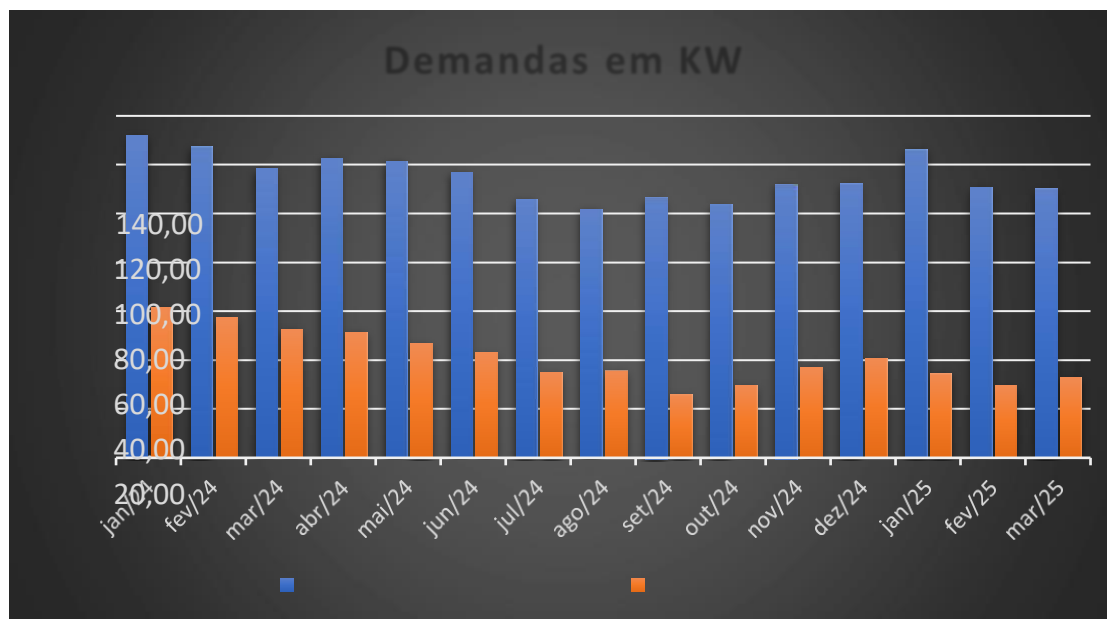
3 – Determinação Inicial da Potência do Gerador:

Como forma de estabelecermos um valor inicial de potência para o gerador a ser instalado, consideraremos os valores históricos de registros da Enel, período de cinco anos, bem como medições atuais através de Analisador de Energia, conforme abaixo:

3.1 – Registros Medições Enel:

UNIDADE CONSUMIDORA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS SEFIN
ENDEREÇO: Rua Gal Bezerril 755, Centro - Fortaleza/CE.
Ponto de Medição 768981 (UC)
Número de Série 11602827
Características Fabricante: LANDIS - Modelo: LANDIS E750 G2 24c - Versão Firmware: - Última
Leitura: 30/03/2025 01:45

Maior demanda registrada: período de janeiro de 2021 a março de 2025:
Janeiro de 2024 – 132,19 KW



SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.2. Registro com Analisador de Energia:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS SEFIN - SEFIN 1
ENDEREÇO: Rua Gal Bezerril 755, Centro - Fortaleza/CE.

ANALISADOR DE ENERGIA RE 7000 - EMBRASUL

RELATÓRIO DE VALORES MÉDIOS DIÁRIOS (Integração = 1 minuto)

Intervalo considerado:

terça feira 25/02/2025 10:07 até quinta feira 06/03/2025 14:03

| Potência aparente máxima no período: | Fase A | Fase B | Fase C |
|--------------------------------------|--------|---------------|--------|
| Tensões [V] | 223,16 | 218,00 | 221,08 |
| Correntes [A] | 146,74 | 162,01 | 162,66 |
| Potências aparentes [kVA] | 32,75 | 35,32 | 35,96 |
| Potência 3f [kVA] | | 104,03 | |

Vamos considerar como ponto de partida para a determinação da potência do novo gerador, a demanda máxima registrada em janeiro de 2024: **132,19 KW**.

Importante esclarecer as definições e diferença entre carga instalada e carga demandada:

A carga instalada é a soma das potências de todos os equipamentos, em KW, que estão instalados, estando eles sendo usados ou não.

A carga demandada, é o valor da máxima potência registrada (uso simultâneo), em um momento específico.

A carga (potência em KW) demandada será sempre menor ou igual à carga instalada.

4 – Determinação final da Potência do Gerador:

Visando garantir que o gerador tenha capacidade de suprimento à toda carga instalada no prédio da SEFIN 1, adicionaremos uma margem de segurança à potência inicialmente calculada.

Esta margem de segurança, visa evitar sobrecargas, permitir futuras expansões e garantir que o gerador terá capacidade de atendimento, mesmo nos casos de picos de energia.

Esta margem depende do tipo de carga predominante instalada na edificação, tais como iluminação, motores de indução e retificadores eletrônicos.

O prédio da SEFIN 1, apresenta **carga instalada** conforme abaixo:

| Tipo de Carga | Carga Instalada (Potência) - W | % |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------|
| Iluminação | 14.498 | 3% |
| Tomadas de Uso Geral (TUG) | 210.700 | 47% |
| Equipamentos de Aquecimento | 16.800 | 4% |
| Equipamentos Motores | 3.680 | 1% |
| Equipamentos de climatização | 156.455 | 35% |
| Equipamentoa tipo UPS(Nobreak) | 45.000 | 10% |
| TOTAL (W) | 447.133 | 100% |

Considerando os percentuais de utilização por tipo de carga e os respectivos fatores de correção, como margens de segurança, teremos:

Máxima Potência (Demanda) Considerada: 132,29 KW

| Tipo de Carga | % de Uso Por Tipo de Carga | Potência Estimada Demandada por Tipo de Crga (KW) | Margem de Segurança para Determinação da Potência do Gerador | Potência do Gerador (KW) |
|--------------------------------|----------------------------|---|--|--------------------------|
| Iluminação | 3% | 4 | 1 | 3,97 |
| Tomadas de Uso Geral (TUG) | 47% | 62 | 1 | 62,18 |
| Equipamentos de Aquecimento | 4% | 5 | 1 | 5,29 |
| Equipamentos Motores | 1% | 1 | 4 | 5,29 |
| Equipamentos de climatização | 35% | 46 | 4 | 185,21 |
| Equipamentoa tipo UPS(Nobreak) | 10% | 13 | 1,15 | 15,21 |
| TOTAL (W) | 1 | 132 | | 277,15 |



Considerando um fator de potência de 0,8 para o gerador, teremos uma potência STAND - BY presumida de: 346 KVA.

5 – Ações a serem tomadas pela SEFIN 1

5.1.– INSTALAÇÃO DE GERADOR DIESEL

Características do Gerador Diesel:

- ✓ Potência Stand-by: 346 KVA / 276,8 W;
- ✓ Potência prime: 315 KVA / 252 W;
- ✓ Fator de Potência: 0,8 indutivo;
- ✓ Tensão nominal fase - fase: 380 V – Trifásico;
- ✓ Tensão nominal fase – neutro: 220 Volts;
- ✓ Frequência: 60 Hz;
- ✓ Tanque de combustível: 200 litros;

Obs.: O fornecedor, obrigatoriamente, deverá visitar o local da instalação, para verificar a área disponível, comprimento e largura, e propor equipamento compatível com o local.

5.2 – CHAVE DE TRANSFERÊNCIA – QTA/UNIDADE DE SUPERVISÃO DE CORRENTE ALTERNADA – USCA/TEMPORIZADOR ELETRÔNICO:

Deverão ser instaladas a chave de transferência (QTA) e a unidade de supervisão (USCA), compatíveis com a infraestrutura elétrica existente, cabos de entrada em baixa tensão de 240 mm² e disjuntor de 400 A.

Deverá compor a instalação, temporizador eletrônico como forma de permitir o funcionamento programado do gerador, 2 vezes por semana, proporcionando renovar o combustível e lubrificar o sistema.

5.3 – NOBREAK:

O atual equipamento deverá ser substituído por um UPS tipo modular, com tecnologia digital, alto desempenho e tecnologia de comunicação de alta velocidade.

Considerando a atual carga instalada de aproximadamente 45 KW, orientamos a instalação de dois (02) módulos de 20 KVA e capacidade de expansão de pelo menos mais um módulo, permitindo a instalação de 60 KVA.

As baterias deverão garantir uma autonomia mínima de 15 min.



5.4 – MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA:

Contratação imediata de empresa especializada, com experiência devidamente comprovada através de acervo técnico junto ao Conselho de Engenharia -], para manutenção regular de subestação abrigada, 13.800 V, devendo ocorrer em intervalos predeterminados e de acordo com critérios descritos, para reduzir a probabilidade de falha, bem como a quebra de equipamentos.

O escopo de contratação deverá contemplar as manutenções preditivas, preventivas e corretivas, atendendo as normas:

- ✓ NBR 14039:2021 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO DE 1,0 KV a 36,2 KV;
- ✓ NBR 5410 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO;
- ✓ NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE.

Engenheiro Responsável: Cláudio José Nascimento Madureira Registro

CREA: 22933

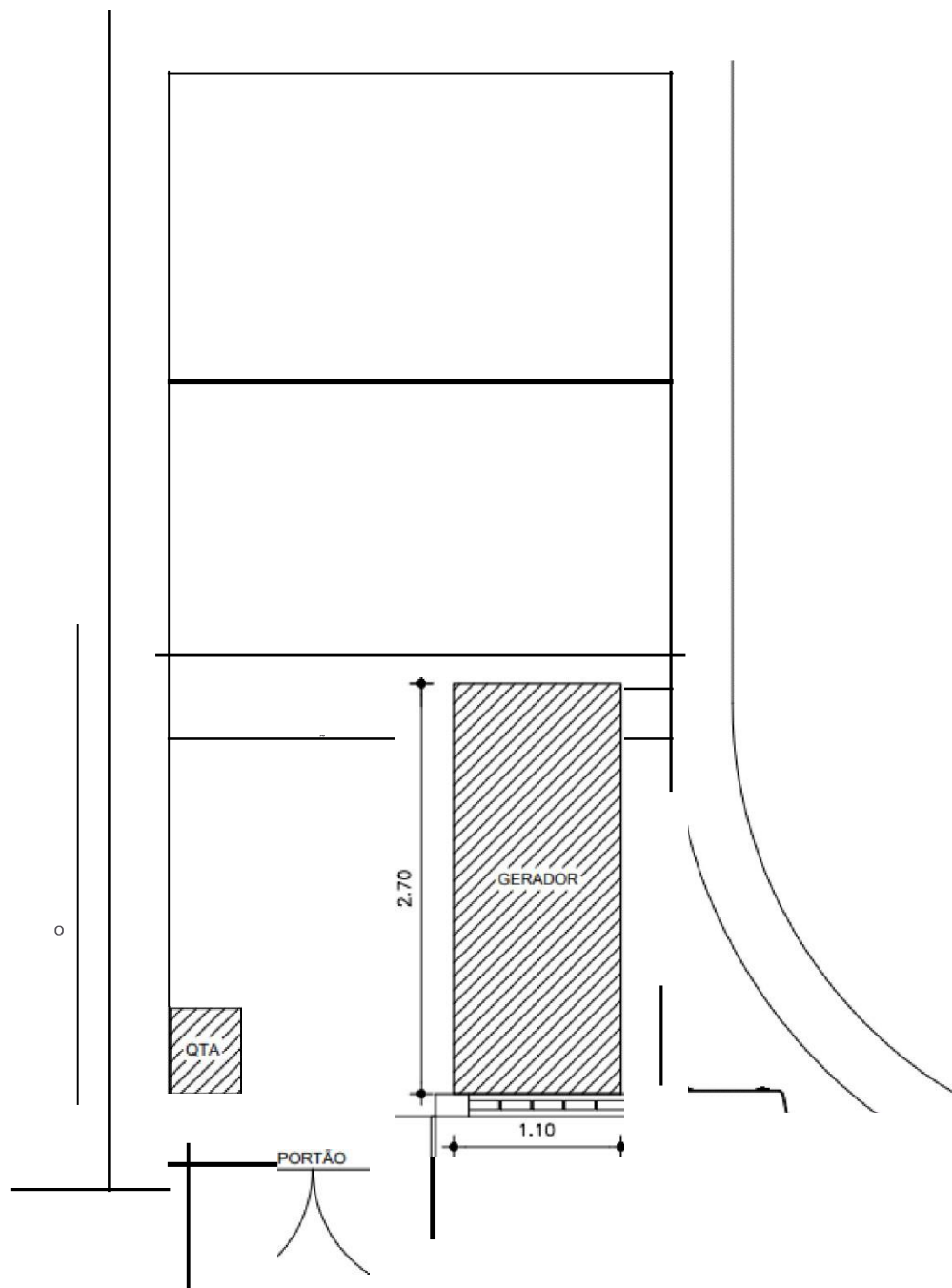
RNP: 0508374421

E-mail: claudio.madureira@seinf.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

ANEXOS

1 – Área disponível para instalação do Gerador e Quadro de Transferência:



TANQUE DIESEL

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

2 - Fotos:



Foto 01: Vista frontal da Subestação, transformador a óleo e chave seccionadora.

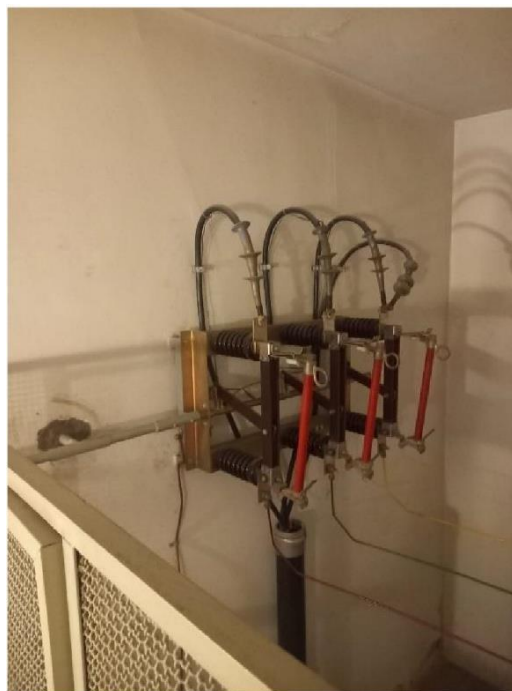


Foto 02: Chave Seccionadora.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744



Foto 03: Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT.



Foto 04: Analisador de Energia -Medição de Grandezas Elétricas no QGBT.

EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744



Foto 05: Grupo Gerador Diesel – 101 KW.



Foto 06: Grupo Gerador Diesel – Plaqueta de identificação.



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

APÊNDICE II DO ANEXO I
RELATÓRIO TÉCNICO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SEFIN 2

ITENS INSPECIONADOS:

Subestação de Energia Grupo Gerador

Fonte de Alimentação Ininterrupta – No Break



EDITAL Nº 11532 | PROCESSO ADM. Nº P054249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

Local: Prefeitura Municipal de Fortaleza Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN 2

Endereço: Rua Gal Bezerril 730, Centro - Fortaleza/CE.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**1 – Considerações Iniciais:**

O prédio onde está localizada a Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza – SEFIN 2, possui subestação própria, atendida pela concessionária Enel. Como forma de garantir falhas no fornecimento de energia, a SEFIN 2, possui gerador a diesel de 101 KW, atendendo parcialmente a secretaria e nobreak de 60 kVA, que atende as cargas extremamente essenciais. Considerando as constantes interrupções de energia por parte da Concessionária Enel, e considerando também a importância da continuidade de funcionamento de todos os setores que compõem a Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza, é de fundamental importância que o gerador a diesel tenha potência para atender toda a instalação.

Considerando também que a subestação elétrica é uma instalação de grande importância e criticidade, é imprescindível a realização de manutenção regular, constante, como forma de evitar falhas que possam ocasionar problemas graves à edificação e aos equipamentos.

O sistema de suprimento ininterrupto de energia, NO BREAK, instalado na SEFIN 2, bastante antigo e com o sistema de baterias totalmente danificado, encontra-se sem uso. Portanto, faz-se necessária sua substituição como forma de garantir a continuidade das cargas extremamente essenciais. Um gerador, mesmo os mais modernos, levam em torno de 10 a 18 segundos para partir, tempo suficiente para causar interrupção dos computadores e equipamentos diversos. O no break não precisa desse tempo. Assim que a falha é detectada, o no break é acionado instantaneamente e num curtíssimo intervalo de tempo, começa a fornecer energia através de suas baterias internas.

2 –Generalidades:

A SEFIN 1, é atendida pela concessionária Enel, em média tensão, Grupo A.

Apesar de não possuímos o projeto elétrico da subestação, presume-se que o transformador seja de 300 KVA, uma vez que os cabos fases que o interligam ao Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) são de 240 mm² e Disjuntor Geral de Proteção, de 400 A.

O gerador será ligado em paralelo ao transformador, destinando-se a suprir quedas de tensão e a falta de energia em casa de falha no fornecimento da Enel ou mesmo falha do transformador.

A instalação deverá possuir Quadro de Transferência Automática (QTA), para que, em casos das falhas citadas acima, a transferência de suprimento seja feita através de chaves com intertravamento elétrico e mecânico, não permitindo o paralelismo entre transformador e gerador.



3 – Determinação Inicial da Potência do Gerador

Como forma de estabelecermos um valor inicial de potência para o gerador a ser instalado, consideraremos os valores históricos de registros da Enel, período de cinco anos, bem como medições atuais através de Analisador de Energia, conforme abaixo:

a. – Registros Medições Enel:

UNIDADE CONSUMIDORA

PMF SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICIPIO

ENDEREÇO:

Rua Gal Bezerril 730, Centro - Fortaleza/CE.

Ponto de Medição

9004021 (UC)

Número de Série

6181879

Características

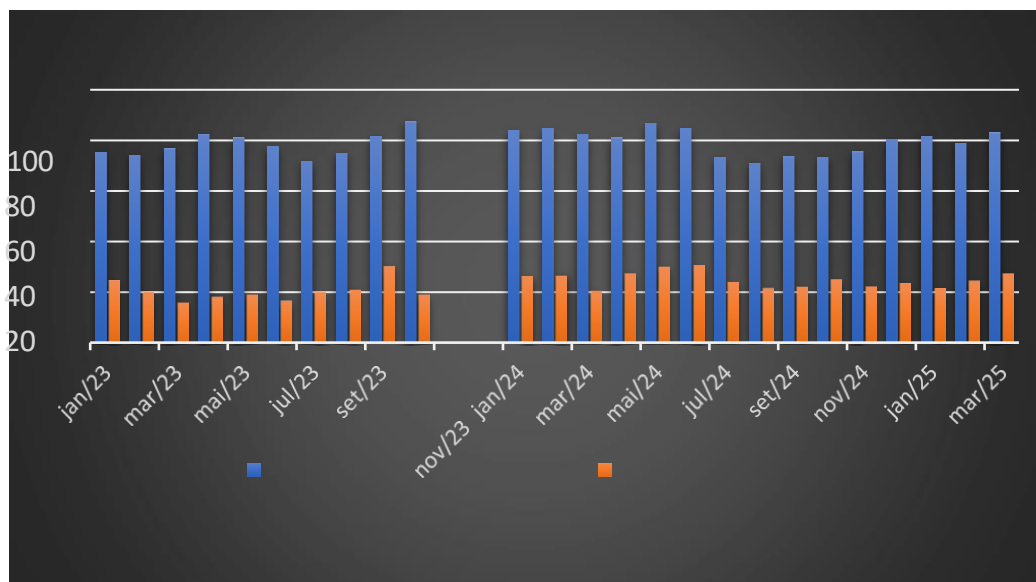
Fabricante: LANDIS - Modelo: LANDIS E750 21C - Versão Firmware: - Última

Leitura: 30/03/2025 00:45

Maior demanda registrada no período de janeiro de 2021 a março de 2025:

Outubro de 2023 - 87,36 KW.

Demandas em KW





3.2 – Registros com Analisador de Energia:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS SEFIN - SEFIN 2
ENDEREÇO: Rua Gal Bezerril 730, Centro - Fortaleza/CE.

ANALISADOR DE ENERGIA RE 7000 - EMBRASUL

Integração = 1 minuto

Intervalo considerado:

segunda feira 10/03/2025 11:20 até quinta feira 10/03/2025 10:56

| | | | |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|
| Potência aparente máxima no período: | Fase A | Fase B | Fase C |
| Tensões [V] | 221,40 | 223,10 | 220,50 |
| Correntes [A] | 144,96 | 129,35 | 91,10 |
| Potências aparentes [kVA] | 32,09 | 28,86 | 20,09 |
| Potência 3f [kVA] | | 81,04 | |

Vamos considerar como ponto de partida para a determinação da potência do novo gerador, a demanda máxima registrada em outubro de 2023: **87,36 KW**.

Importante esclarecer as definições e diferença entre carga instalada e carga demandada: A carga instalada é a soma das potências de todos os equipamentos, em KW, que estão instalados, estando eles sendo usados ou não.

A carga demandada, é o valor da máxima potência registrada (uso simultâneo), em um momento específico.

A carga (potência em KW) demandada será sempre menor ou igual à carga instalada.

4 – Determinação final da Potência do Gerador:

Visando garantir que o gerador tenha capacidade de suprimento à toda carga instalada no prédio da SEFIN 2, adicionaremos uma margem de segurança à potência inicialmente calculada.

Esta margem de segurança, visa evitar sobrecargas, permitir futuras expansões e garantir que o gerador terá capacidade de atendimento, mesmo nos casos de picos de energia.

Esta margem depende do tipo de carga predominante instalada na edificação, tais como iluminação, motores de indução e retificadores eletrônicos.

O prédio da SEFIN 2, apresenta **carga instalada** conforme abaixo:

| Tipo de Carga | Potência (W) | % |
|------------------------------|----------------|-------------|
| Iluminação | 11.481 | 5% |
| Tomadas de Uso Geral (TUG) | 81.500 | 32% |
| Equipamentos de Aquecimento | 1.200 | 0,47% |
| Equipamentos Motores | 736 | 0,29% |
| Equipamentos de climatização | 122.650 | 48% |
| Equipamentoas tipo UPS | 36.800 | 14% |
| TOTAL (W) | 254.367 | 100% |

Considerando os percentuais de utilização por tipo de carga e os respectivos fatores de correção, como margens de segurança, teremos:

Máxima Potência (Demanda) Considerada: 87,36 KW

| Tipo de Carga | % de Uso Por Tipo de Carga | Potência Estimada Demandada por Tipo de Crga (KW) | Margem de Segurança para Determinação da Potência do Gerador | Potência do Gerador (KW) |
|--------------------------------|----------------------------|---|--|--------------------------|
| Iluminação | 5% | 4 | 1 | 3,94 |
| Tomadas de Uso Geral (TUG) | 32% | 28 | 1 | 27,99 |
| Equipamentos de Aquecimento | 0,47% | 0 | 1 | 0,41 |
| Equipamentos Motores | 0,29% | 0 | 4 | 1,01 |
| Equipamentos de climatização | 48% | 42 | 4 | 168,49 |
| Equipamentoa tipo UPS(Nobreak) | 14% | 13 | 1,15 | 14,53 |
| TOTAL (W) | 100% | 87,36 | | 216,38 |

Considerando um fator de potência de 0,8 para o gerador, teremos uma potência **STAND - BY** presumida de: **270 KVA**.



5 – Ações a serem tomadas pela SEFIN 2

5.1 – INSTALAÇÃO DE GERADOR DIESEL

Características do Gerador Diesel:

- ✓ Potência Stand- by: 270 KVA / 216 KW;
- ✓ Potência prime: 246 KVA / 197 KW;
- ✓ Fator de Potência: 0,8 indutivo;
- ✓ Tensão nominal fase - fase: 380 V – Trifásico;
- ✓ Tensão nominal fase – neutro: 220 Volts;
- ✓ Frequência: 60 Hz;
- ✓ Tanque de combustível: 200 litros;

Obs.: O fornecedor, obrigatoriamente, deverá visitar o local da instalação, para verificar a área disponível, comprimento e largura, e propor equipamento compatível com o local.

5.2 – CHAVE DE TRANSFERÊNCIA – QTA/UNIDADE DE SUPERVISÃO DE CORRENTE ALTERNADA – USCA/TEMPORIZADOR ELETRÔNICO:

Deverão ser instaladas a chave de transferência (QTA) e a unidade de supervisão (USCA), compatíveis com a infraestrutura elétrica existente, cabos de entrada em baixa tensão de 240 mm² e disjuntor de 400 A.

Deverá compor a instalação, temporizador eletrônico como forma de permitir o funcionamento programado do gerador, 2 vezes por semana, proporcionando renovar o combustível e lubrificar o sistema.

5.3 – NOBREAK:

O atual equipamento deverá ser substituído por um UPS tipo modular, com tecnologia digital, alto desempenho e tecnologia de comunicação de alta velocidade.

Considerando a atual carga instalada de aproximadamente 36,8 KW, orientamos a instalação de dois (02) módulos de 20 KVA e capacidade de expansão de pelo menos, mais um módulo, permitindo a instalação de 60 KVA.

As baterias deverão garantir uma autonomia mínima de 15 min.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.4 – MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA:

Contratação imediata de empresa especializada, com experiência devidamente comprovada através de acervo técnico junto ao Conselho de Classe - CREA, para manutenção regular de subestação abrigada, 13.800 V, devendo ocorrer em intervalos predeterminados e de acordo com critérios descritos, para reduzir a probabilidade de falha, bem como a quebra de equipamentos.

O escopo de contratação deverá contemplar as manutenções preditivas, preventivas e corretivas, atendendo as normas:

- ✓ NBR 14039:2021 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO DE 1,0 KV a 36,2 KV;
- ✓ NBR 5410 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO;
- ✓ NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE.

Engenheiro Responsável:

Cláudio José Nascimento Madureira

Registro CREA: 22933

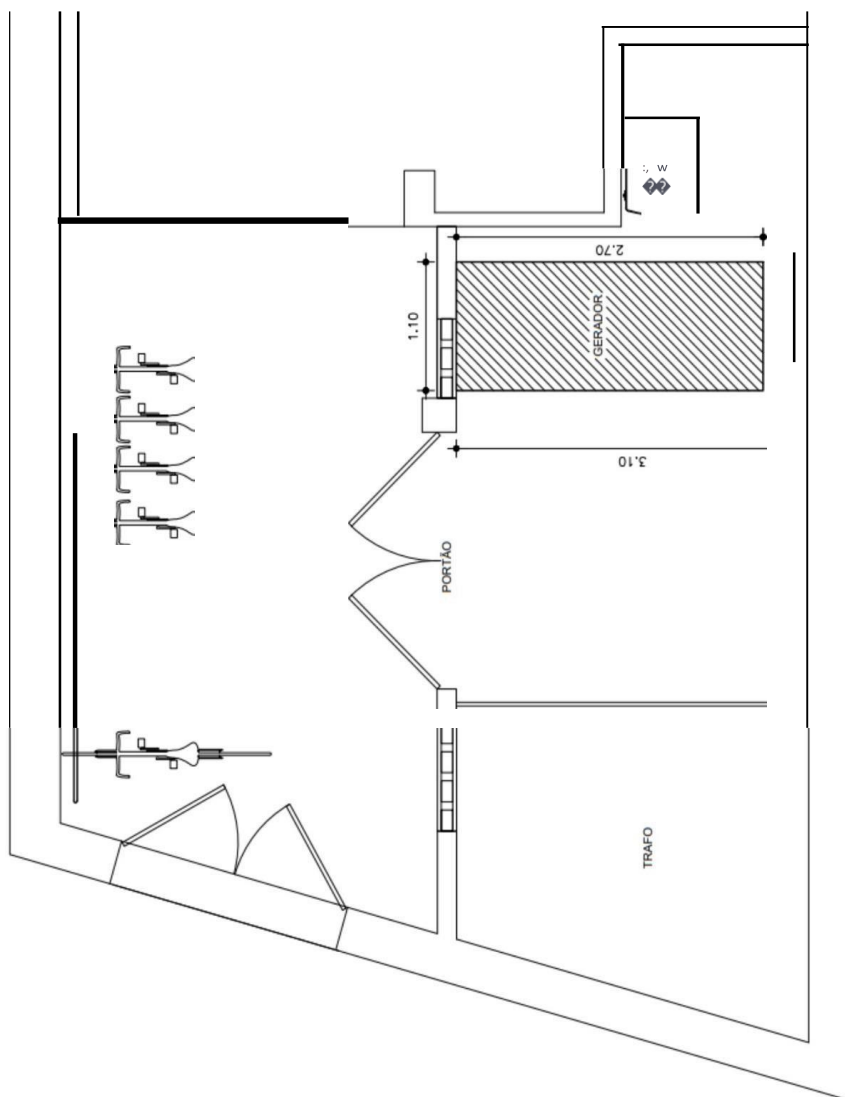
RNP: 0508374421

E-mail: claudio.madureira@seinf.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

ANEXOS



- 1 – Área disponível para instalação do Gerador e Quadro de Transferência:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

- Fotos



Foto 01: Vista da Subestação, transformador a seco e chave seccionadora



Foto 02: Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744



Foto 03: Canaleta, passagem de cabos interligando transformador – QGBT.

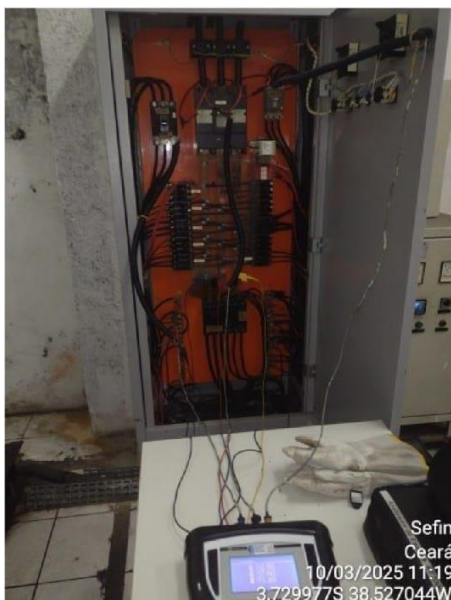


Foto 04: Analisador de Energia -Medição de Grandezas Elétricas no QGBT.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744



Foto 05: Grupo Gerador Diesel – 101 kw



Foto 06: Grupo Gerador Diesel – Plaqueta de identificação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



APÊNDICE III DO ANEXO I
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. Descrição das severidades:

1.1. O CONTRATANTE classificará os chamados que envolvem os usuários considerados de urgência em 03(três) níveis (ALTO, MÉDIO e BAIXO), bem como selecionar os serviços de impacto em relação ao negócio:

| SEVERIDADE | DESCRIÇÃO | TEMPO DE SOLUÇÃO | CRITÉRIO DE PENALIZAÇÃO | DESCONTO NO VALOR MENSAL |
|-----------------|---|---------------------------------|--|---|
| Emergencial | Criticidade emergencial onde são considerados os chamados que impactam diretamente no funcionamento da subestação elétrica abrigada. | Imediato (até 4 horas) | Descumprimento no prazo de solução (≥ 1 ocorrência no mês) | 10% do valor mensal por ocorrência |
| Alta Prioridade | São situações que exigem atenção imediata, cuja resolução deve ser solucionada em até 24(vinte e quatro) horas. | Até 24(vinte e quatro) | Descumprimento no prazo de solução (≥ 1 ocorrência no mês) | 5% do valor mensal por ocorrência |
| Consulta | Situações que não constituem falha e problemas secundários, mas sim, solicitações, dúvidas e apoio técnico da empresa a ser Contratada. | Até 48 (quarenta e oito) horas. | Não atendimento no prazo | 1% do valor mensal por ocorrência, a partir da 3ª ocorrência no mês |

1.2. O desconto acumulado poderá alcançar até 30% do valor mensal. Se o total de penalidades atingir ou exceder esse percentual no mês, ficará configurada inexecução parcial, cabendo à Administração avaliar a adoção de medidas como advertência, multa específica, ou até rescisão contratual, conforme a gravidade e reincidência.

documento assinado digitalmente

Gislane Uchoa Lima

Gerente da Célula de Gestão Administrativa CEGEA
Secretaria Municipal das Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



APÊNDICE IV DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E ÁREA SOLICITANTE

- a) **Nº do Processo: P054249/2026**
b) Área solicitante: Célula de Gestão Administrativa – CEGEA/Coordenadoria Administrativo Financeira – COAFI/ Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza – SEFIN, representada pela servidora Gislane Uchoa Lima, matrícula nº 61114 – Gerente da Célula de Gestão Administrativa;

NORMATIVOS

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
b) Decreto Municipal nº 15.595, de 22 de março de 2023 – Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133/2021;
c) Decreto nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024 – Dispõe sobre os serviços e fornecimento contínuos no âmbito do Município de Fortaleza, para fins de aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, na forma que indica;
d) Portaria nº 105/2024, define os serviços e fornecimentos considerados de natureza contínua, no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças, para fins de aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024.
e) ABNT NBR 5410 e 16384 – normas técnicas sobre instalações e manutenção de subestações;
f) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
g) Resolução CONAMA nº 362/2005 – descarte de óleos isolantes;
h) PMBOK 7ª EDIÇÃO – Boas práticas de gestão de projetos;
i) Relatório Técnico Instalações Elétricas SEFIN I e II elaborado pela Secretaria de Infraestrutura.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP), a partir da Lei Federal nº 14.133/2021, enquanto documento elaborado durante a primeira fase de planejamento das aquisições de bens e serviços, que tem por escopo evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre um leque de possibilidades.

De acordo com o Decreto Municipal nº 15.595/2023, o ETP é o “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

A Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, responsável pela gestão tributária, fiscal e financeira do Município de Fortaleza, necessita assegurar o funcionamento contínuo e eficiente de suas instalações elétricas, que sustentam sistemas críticos de arrecadação, controle orçamentário, processamento de dados e atendimento ao contribuinte. As duas subestações elétricas abrigadas, localizadas nas unidades SEFIN I e SEFIN II, são essenciais para o suprimento de energia das dependências administrativas, e qualquer interrupção representa risco direto à continuidade dos serviços públicos, à segurança patrimonial e à integridade dos equipamentos.

Atualmente, as subestações demandam manutenção especializada e periódica para evitar falhas decorrentes de desgaste natural de componentes, sujeira acumulada, oxidação e aquecimento excessivo. Tais condições podem causar desligamentos inesperados, danos a transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, além de comprometer a integridade de dados e equipamentos sensíveis utilizados na operação financeira do órgão. Diante da ausência de equipe interna com capacitação técnica para esse tipo de serviço, a SEFIN depende da contratação de empresa qualificada que disponha de profissionais habilitados e materiais específicos para intervenções em média tensão (13,8 kV).

A solução de mercado que atenderá as necessidades da Sefin, visa garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, promover maior segurança operacional e reduzir custos decorrentes de paradas não programadas ou danos em equipamentos. Além de cumprir as normas técnicas da ABNT e regulamentações trabalhistas e de segurança (NR-10 e NR-35), a medida contribui para a eficiência administrativa e o interesse público, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e estabilidade no funcionamento da infraestrutura elétrica do órgão.

Atualmente, a SEFIN não dispõe de corpo técnico interno especializado, tampouco de infraestrutura ou insumos para executar intervenções preventivas ou corretivas nessas subestações. Além disso, a concessionária ENEL é responsável apenas pelo fornecimento de energia até o ponto de entrega (medidor), cabendo à SEFIN a manutenção interna.

Assim, a contratação visa garantir a integridade, disponibilidade e segurança das instalações elétricas da Secretaria, evitando paralisações de sistemas críticos e assegurando o atendimento contínuo à sociedade e aos contribuintes.

Diante desse cenário, e considerando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade, torna-se indispensável a contratação de solução capaz de garantir o fornecimento ininterrupto de energia elétrica às instalações da SEFIN, assegurando a continuidade operacional dos serviços administrativos, tributários, fiscais e de atendimento ao cidadão.

A elaboração deste ETP contou com o aporte técnico da Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF),

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



responsável pela emissão dos Relatórios Técnicos de Instalações Elétricas dos prédios SEFIN I e SEFIN II, contendo o dimensionamento e a potência recomendada para os equipamentos a serem especificados.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESÁRIOS À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (art.18,§1º, III)

A escolha da solução está fundamentada na necessidade de garantir a continuidade, segurança e eficiência do fornecimento de energia elétrica nas dependências da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, que possui duas subestações elétricas abrigadas (SEFIN I e SEFIN II), essenciais ao funcionamento dos sistemas administrativos, financeiros e tributários da Secretaria Municipal das Finanças.

Para assegurar o pleno desempenho das atividades institucionais, a solução adotada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais:

1. Especialização técnica da contratada – empresa devidamente registrada no CREA, com profissional responsável (engenheiro eletricista) habilitado, conforme exigido nas normas regulamentadoras (NR-10 e NR-35) e nas normas técnicas da ABNT (NBR 14039, NBR 5410 e NBR 16384), devendo apresentar ART referente à execução dos serviços.
2. Execução integral dos serviços – contemplando manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda, com fornecimento e substituição de peças e materiais necessários, de modo a garantir o funcionamento contínuo das subestações elétricas.
3. Apresentação de relatórios técnicos – contendo medições, ensaios elétricos, laudos de calibração dos instrumentos utilizados e sugestões de melhorias, assegurando rastreabilidade e controle da qualidade dos serviços executados.
4. Garantia de eficiência e segurança – adoção de boas práticas de gestão de manutenção e de gestão de projetos (conforme diretrizes do PMBOK), assegurando a mitigação de riscos operacionais, a redução de falhas elétricas e o aumento da confiabilidade das instalações.
5. Conformidade normativa e legal – execução em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Portaria SEFIN nº 105/2024 (que classifica o serviço como de natureza continuada) e demais dispositivos legais aplicáveis à contratação pública e à segurança elétrica.
6. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental – cumprimento das práticas sustentáveis, incluindo descarte ambientalmente adequado de resíduos, destinação correta de óleos isolantes e componentes elétricos, uso de materiais eficientes e respeito às normas trabalhistas e ambientais.

Esses requisitos constituem as condições mínimas indispensáveis para assegurar que a contratação atenda plenamente ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços essenciais da SEFIN, a segurança das instalações e a adequada relação custo-benefício, servindo de base técnica para a elaboração do futuro Termo de Referência.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V)

Durante o levantamento de mercado, foram identificadas diferentes soluções disponíveis para atendimento

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



das necessidades relacionadas ao funcionamento das subestações elétricas da SEFIN, tais como:

1. Solução 01: Substituição integral das subestações existentes por unidades novas e modernizadas:

Descrição: Consiste na aquisição e instalação de duas novas subestações elétricas, com tecnologia atualizada (potencialmente a seco, dependendo da avaliação de viabilidade técnica), em substituição total às unidades Negrini existentes.

Vantagens: Adoção de tecnologia mais moderna, maior eficiência energética, redução significativa de falhas e extensão máxima da vida útil.

Desvantagens: Elevado custo inicial (investimento de capital), longo prazo de aquisição e instalação (necessidade de projeto civil e elétrico), e o risco de interrupção operacional durante a transição. Esta alternativa não se alinha à necessidade imediata de manutenção da continuidade dos serviços críticos, sendo mais adequada a um planejamento de médio a longo prazo de infraestrutura.

Fonte de pesquisa no PNCP referente a aquisição de novos equipamentos: <https://pncp.gov.br/app/editais/14217327000124/2025/186>.

Considerando que são 2 equipamentos, além da necessidade contínua de manutenção corretiva e preventiva, tem uma estimativa em torno de R\$ 117.140,00 referente a aquisição, além do custo da manutenção, no valor aproximado de R\$ 59.867,52¹, totalizando R\$ 177.007,52.

2. Solução 02: Locação de equipamentos:

Descrição: Locação de equipamentos

Vantagens: Não há imobilização de recursos públicos na aquisição. Não haverá obsolescência de equipamentos para a SEFIN.

Desvantagens: Os equipamentos não se tornam patrimônio da Administração. O custo é alto, pois a locação é embutida no preço total do serviço.

Fonte de pesquisa: <https://pncp.gov.br/app/editais/05054960000158/2023/40>. Tal valor corresponderia ao custo de R\$ 119.518,08 por ano.

3. Solução 03: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e materiais, conforme demanda.

Descrição: Abrange a contratação de empresa com expertise em subestações elétricas, contemplando manutenções periódicas, atendimentos emergenciais, diagnóstico, reparos e substituição de componentes conforme a demanda.

Vantagens: Atende à necessidade imediata de preservar a continuidade dos serviços críticos da SEFIN. Reduz risco de falhas repentinas e mitiga vulnerabilidades do sistema existente. Exige menor investimento inicial,

¹ Valor referente a pesquisa de preços para a modelagem de contratação da solução 3 (Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e materiais, conforme demanda).



sendo economicamente mais viável no curto prazo. Evita paralisações prolongadas, uma vez que não requer intervenções estruturais de grande porte. Permite planejamento de longo prazo para futura modernização definitiva das subestações.

Desvantagens: Pode demandar substituições frequentes de componentes específicos, dependendo do diagnóstico técnico.

O valor da solução 3, está estimado em R\$ 59.867,52, conforme pesquisa realizada constante no item 6.

A análise técnica e orçamentária evidenciou que, embora existam no mercado soluções de locação e aquisição de novas subestações, essas alternativas apresentam alto custo de implantação, exigindo obras civis, adequações estruturais e prazos de execução significativamente superiores, além de não se mostrarem economicamente vantajosas frente à vida útil remanescente dos equipamentos atualmente instalados.

Dessa forma, a alternativa de manutenção preventiva e corretiva revelou-se a opção mais adequada, eficiente e vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo a continuidade do fornecimento de energia elétrica, a preservação do patrimônio público e a mitigação de riscos de paralisação das atividades administrativas essenciais da Secretaria Municipal das Finanças.

Ressalta-se que foi elaborado relatório técnico detalhado, anexo ao presente ETP, contendo diagnóstico completo das condições atuais das instalações elétricas das unidades SEFIN I e SEFIN II, o qual reforça a necessidade de manutenção regular, em conformidade com as normas da ABNT (NBR 5410, NBR 16384), NR-10, e conclui pela pertinência da contratação dos serviços de manutenção em detrimento da substituição das subestações.

Portanto, com base no levantamento de mercado e nas evidências técnicas apresentadas, a contratação proposta — serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações elétricas abrigadas — é a solução que melhor atende ao interesse público, oferecendo equilíbrio entre custo, segurança, eficiência energética e sustentabilidade operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART.18,§1º, VII)

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e insumos necessários, voltados às duas subestações elétricas abrigadas da Secretaria Municipal das Finanças — SEFIN, localizadas nos endereços da SEFIN I (Rua General Bezerril, nº 755) e SEFIN II (Rua General Bezerril, nº 730), no Centro de Fortaleza/CE.

O escopo da solução abrange a manutenção integral das instalações elétricas de média tensão (13,8 kV/380/220V – 225 kVA), compreendendo transformadores, disjuntores, chaves seccionadoras, barramentos, quadros de distribuição (QGBT), sistema de aterramento, banco de capacitores e demais componentes que integram as subestações elétricas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

A manutenção preventiva será executada de forma programada e periódica, com periodicidade mensal, assegurando o funcionamento seguro, contínuo e eficiente dos equipamentos, conforme as normas técnicas da ABNT (NBR 14039, NBR 5410 e NBR 16384) e as Normas Regulamentadoras NR-10.

A manutenção corretiva, por sua vez, será realizada sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, sempre que forem identificadas falhas, defeitos ou comprometimento de desempenho em quaisquer componentes elétricos, devendo a contratada providenciar a substituição imediata das peças danificadas, utilizando materiais novos e originais de fabricante ou equivalentes homologados.

A solução contempla ainda a emissão de relatórios técnicos detalhados, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA, medições elétricas com equipamentos calibrados e laudos técnicos com os resultados das inspeções e ensaios realizados, garantindo rastreabilidade, transparência e controle de qualidade dos serviços prestados.

O planejamento, a execução e o monitoramento das atividades deverão seguir as boas práticas de gestão de projetos (PMBOK), de modo a garantir padronização, eficiência, mitigação de riscos e melhoria contínua dos serviços.

A execução contratual será supervisionada pela Comissão Técnica de Fiscalização designada pela SEFIN, assegurando o acompanhamento permanente, a conformidade técnica das atividades e o cumprimento das normas de segurança e sustentabilidade ambiental, com destinação adequada dos resíduos, óleos isolantes e materiais elétricos substituídos, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e às exigências da Resolução CONAMA nº 362/2005.

A adoção dessa solução garante à Administração:

- a redução do risco de interrupção do fornecimento de energia nas dependências da SEFIN;
- a preservação da integridade dos equipamentos elétricos e do patrimônio público;
- a continuidade das atividades administrativas e financeiras;
- e a observância dos princípios de eficiência, economicidade, sustentabilidade e segurança operacional, em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria.

Assim, a solução proposta é a que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, segurança operacional e sustentabilidade, alinhando-se às diretrizes do Planejamento Estratégico da SEFIN e aos objetivos institucionais de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais.

5. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso IV)

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANT. |
|------|----------------|--------|
| | SEFIN I | |

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



| | | |
|----|---|--|
| 01 | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses | Preventiva: 12 (anual) 60 (quantidade para 5 anos) Manutenção corretiva: quando necessária |
| 02 | SEFIN II Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e a Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. | Preventiva: 12 (anual) 60 (quantidade para 5 anos) Manutenção corretiva: quando necessária |

Considerando que a contratação possui natureza continuada, a quantidade prevista para a realização do serviço de manutenção preventiva para o período de 12(doze) meses, será de 12 (doze) unidades para cada subestação elétrica. O número de manutenções preventivas, durante o período para 60 (sessenta) meses, será de 60 (sesenta) unidades para cada subestação elétrica.

As manutenções corretivas serão realizadas a medida que forem necessárias, conforme ordem de serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal das Finanças.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI)

A estimativa de custo foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando preços praticados para equipamentos de porte e especificações equivalentes, bem como valores de contratos similares registrados

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

em órgãos públicos, em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/2021 e nos termos do Decreto nº 15.595, de 22 de março de 2023. Ressalta-se que o valor estimado não constitui obrigação de contratação, podendo sofrer ajustes em função de condições de mercado, cotações atualizadas e negociações contratuais.

A escolha pela contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações abrigadas da SEFIN I e SEFIN II fundamenta-se nos relatórios técnicos elaborados por profissional habilitado (CREA), os quais demonstram a necessidade de garantir o pleno funcionamento e a segurança das instalações elétricas, em conformidade com as normas da ABNT e com as exigências da NR-10.

Diante desse cenário, optou-se pela utilização da mediana como critério para definição do valor estimado da contratação, por se tratar de metodologia estatística que mitiga distorções provocadas por valores extremos, sejam eles excessivamente baixos ou elevados, e que melhor representa o preço central praticado no mercado. Tal escolha encontra respaldo nas boas práticas de planejamento das contratações públicas e em orientações consolidadas dos órgãos de controle, por conferir maior robustez, confiabilidade e segurança à estimativa.

Com base nas informações coletadas e nas especificações técnicas, o valor estimado da contratação foi definido em R\$ 59.867,52 (cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao custo global anual para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças e materiais necessários à plena execução contratual e R\$ 299.337,60 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), correspondente ao período de 60 (sessenta) meses.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANT. | AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 2.2025 | AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 202520824.2025 | CONTRATO Nº 2025.000537.449 22.01 | TERMO DE HOMOLOGAÇÃO pe Nº 91482/2025 | VALOR UNITÁRIO (MEDIANA) | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|---------------------------------------|---|-----------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|-----------------|
| | | | VR UNIT. (R\$) | VR UNIT (R\$) | VR UNIT. (R\$) | VR UNIT (R\$) | VR. UNIT. (R\$) | VR. UNIT. (R\$) |
| 1 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN I: Rua General Bezerril, nº 755 - Centro, Fortaleza/CE. Manutenção Preventiva a cada seis meses e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo, chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses | 12 | R\$ 3.490,00 | R\$ 949,00 | R\$ 4.375,00 | 1.498,96 | 2.494,48 | 29.933,76 |
| 2 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN II: Rua General Bezerril, nº 730 - Centro, Fortaleza/CE. Manutenção Preventiva a cada seis meses e Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo, chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. | 12 | R\$ 3.490,00 | R\$ 949,00 | R\$ 4.375,00 | 1.498,96 | 2.494,48 | 29.933,76 |
| | | | | | | VALOR TOTAL GRUPO 1 | | 59.867,52 |

VALOR (12 MESES) - R\$ 59.867,52

VALOR (60 MESES) - R\$ 299.337,60

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VIII)

A contratação não será parcelada, devendo o objeto ser licitado por meio de pregão eletrônico e executado em grupo único, considerando a indivisibilidade técnica e operacional dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações elétricas da SEFIN.

A manutenção das duas unidades (SEFIN I e SEFIN II) exige tratamento técnico padronizado, continuidade operacional e integração dos serviços, visto que ambas compartilham características elétricas e estruturais semelhantes, operando em tensão de 13,8 kV/380/220V – 225 KVA, e são igualmente essenciais ao funcionamento da rede administrativa e dos sistemas corporativos da Secretaria Municipal das Finanças.

O parcelamento da contratação acarretaria risco de despadronização técnica, uma vez que diferentes empresas poderiam adotar metodologias distintas, materiais de qualidade variável e cronogramas

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

incompatíveis, prejudicando a uniformidade das intervenções e comprometendo a confiabilidade do sistema elétrico como um todo.

Além disso, a execução integrada permite:

- otimização logística (mesma equipe técnica e planejamento conjunto das intervenções);
- redução de custos administrativos e de mobilização de equipe e equipamentos;
- padronização dos relatórios técnicos e das ARTs;
- e gestão contratual centralizada, simplificando o acompanhamento, a fiscalização e o controle de resultados pela Comissão Técnica da SEFIN.

Dessa forma, a não adoção do parcelamento encontra respaldo no art. 40, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admite a contratação por grupo único quando o parcelamento for técnico ou economicamente inviável ou quando puder comprometer a execução unitária e integrada do objeto.

Assim, a opção por contratação em grupo único mostra-se a mais vantajosa, eficiente e segura para a Administração, garantindo a continuidade dos serviços, a homogeneidade técnica das manutenções e a economicidade do contrato, sem prejuízo à competitividade do certame.

Dessa forma, conclui-se que a **opção pelo não parcelamento da solução** encontra-se devidamente justificada sob os pontos de vista técnico, operacional e econômico, revelando-se a alternativa mais adequada para assegurar a execução eficiente, segura e vantajosa da contratação, em consonância com o interesse público e com a legislação vigente.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES* (art. 18, §1º, XI)

Não existe a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

9. PREVISÃO NO PCA E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (ART.18,§1º, II)

A demanda objeto deste ETP, está previsto através do ID nº 34, e alinhada aos seus objetivos estratégicos, pois busca fazer da sefin um lugar melhor para se trabalhar.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

A contratação visa alcançar resultados concretos e mensuráveis, assegurando a continuidade e a eficiência das operações elétricas das unidades da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, de modo a sustentar o pleno funcionamento das atividades administrativas, financeiras e tributárias da instituição.

Resultados Operacionais Esperados:

- ✓ **Continuidade operacional:** Garantir o fornecimento ininterrupto de energia elétrica nas unidades da SEFIN, evitando paralisações de sistemas e serviços.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

- ✓ Segurança das Instalações e dos Servidores: Manter as subestações em condições seguras de operação, evitando riscos de incêndio, choques ou falhas técnicas.
- ✓ Eficiência Técnica e Econômica: Assegurar desempenho ótimo das instalações elétricas, com menor custo de reparos e maior durabilidade dos equipamentos.
- ✓ Conformidade Normativa e Fiscalização Efetiva: Garantir que todos os serviços executados estejam em conformidade com as normas técnicas e legais vigentes.
- ✓ Sustentabilidade Ambiental: Promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos elétricos e óleos isolantes.
- ✓ Satisfação Institucional e Usuária: Assegurar ambiente de trabalho seguro e estabilidade dos sistemas da SEFIN.

Além desses indicadores quantitativos e qualitativos, a contratação permitirá:

- ✓ Maior confiabilidade do sistema elétrico das sedes da SEFIN;
- ✓ Preservação do patrimônio público e dos equipamentos de informática e tecnologia;
- ✓ Redução de passivos trabalhistas e riscos à integridade física dos servidores;
- ✓ Cumprimento dos objetivos estratégicos da SEFIN, especialmente nos eixos de Governança, Eficiência Operacional e Sustentabilidade.

A avaliação dos resultados será realizada pela Comissão Técnica de Fiscalização designada, com base em relatórios técnicos, indicadores de desempenho e evidências documentais produzidas durante a vigência contratual, permitindo o monitoramento contínuo e a mensuração dos benefícios alcançados.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente alinhados aos princípios da **eficiência, economicidade, segurança e continuidade do serviço público**, reforçando a vinculação da contratação a benefícios concretos, mensuráveis e relevantes para a Administração e para a sociedade.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO* (art. 18, §1º, X)

Antes da formalização do contrato, deverão ser adotadas **providências técnicas, administrativas e operacionais** que assegurem a plena viabilidade da manutenção preventiva e corretiva da subestação elétrica, bem como o cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se os princípios da eficiência, planejamento, transparência e mitigação de riscos.

1. Providências Técnicas:

Verificar a conformidade do objeto contratado com as especificações técnicas, garantindo que a empresa vencedora detenha capacidade operacional e experiência comprovada na execução de manutenção preventiva e corretiva de subestações elétricas abrigadas em média tensão (13.800V).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Confirmar a existência, na equipe da contratada, de profissional de nível superior em Engenharia Elétrica, devidamente registrado no **CREA**, responsável técnico pelos serviços, apresentando a respectiva **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico (CAT)**.

Confirmar a adequação dos procedimentos de descarte e manejo de resíduos elétricos, conforme as normas ambientais e de sustentabilidade (item 19 do TR).

2. Providências Administrativas e Jurídicas:

- ✓ **Reserva e comprovação de dotação orçamentária** para cobertura integral da despesa, vinculada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e ao Plano Plurianual (PPA);
- ✓ **Emissão do Termo de Referência (TR)** com base neste ETP, detalhando quantitativos e informações relacionadas a execução contratual;
- ✓ **Definição e designação formal dos fiscais e gestores do contrato**, com capacitação prévia quanto à operação básica dos equipamentos, gestão de indicadores (SLAs) e uso do módulo de fiscalização no sistema de gestão contratual.

3. Providências Operacionais e de Capacitação

- ✓ **Treinamento técnico inicial dos servidores designados**, conduzido por equipe especializada do fornecedor ou da SEINF, abordando operação segura, procedimentos de emergência e interpretação de alarmes dos sistemas da subestação elétrica abrigada;
- ✓ **Elaboração de Plano de Manutenção Preventiva**, contendo periodicidade, checklist técnico e parâmetros de desempenho, para ser incorporado ao plano de gestão do contrato;
- ✓ **Implementação de protocolo de segurança elétrica**, incluindo normas de bloqueio e etiquetagem, sinalização de áreas restritas e verificação de EPIs;

Essas providências prévias visam garantir que a execução do contrato ocorra de forma2, reduzindo riscos operacionais, assegurando o cumprimento do objeto e fortalecendo a governança da contratação pública no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS* (art. 18, §1º, XII)

A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações elétricas da Secretaria Municipal das Finanças – SEINF deverá observar os princípios de sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais aplicáveis.

Nesse sentido, a contratada deverá adotar medidas que assegurem a adequada gestão ambiental das atividades executadas, especialmente quanto ao manuseio, acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos gerados durante os serviços de manutenção das subestações elétricas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

Para atendimento à legislação ambiental vigente, a contratada deverá:

I – realizar o adequado gerenciamento dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, garantindo que a coleta, o transporte e a destinação final sejam realizados por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes;

II – promover a destinação ambientalmente adequada de componentes elétricos, sucatas metálicas, cabos, isoladores, óleos isolantes e demais materiais eventualmente substituídos, observando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III – adotar medidas preventivas para evitar vazamentos, contaminação do solo ou de sistemas de drenagem, especialmente no caso de manipulação de transformadores e equipamentos que utilizem óleo isolante;

IV – realizar o acondicionamento temporário adequado dos resíduos gerados, observando normas de segurança e proteção ambiental;

V – apresentar, quando aplicável, comprovantes de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, tais como certificados ou declarações emitidos por empresas receptoras devidamente licenciadas;

VI – cumprir as normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis às atividades em instalações elétricas, incluindo aquelas relacionadas à proteção ambiental.

A contratada será responsável por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução inadequada dos serviços, devendo adotar todas as medidas necessárias para prevenir impactos e assegurar a conformidade com a legislação vigente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, XIII)

Após análise técnica e econômica detalhada, versa sobre a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e materiais necessários, em duas subestações elétricas abrigadas pertencentes à Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, declara-se a viabilidade técnica e econômica da presente contratação.

I – Viabilidade Técnica

A execução dos serviços propostos demonstra plena viabilidade técnica, tendo em vista:

- ✓ A existência de infraestrutura elétrica instalada (subestações abrigadas de 13,8 kV/380/220 V – 225 KVA), cuja manutenção é essencial para garantir a segurança operacional e a continuidade das atividades administrativas e de atendimento da SEFIN;
- ✓ A constatação, por meio dos relatórios técnicos da Seinf, de que as subestações apresentam desgaste e necessidade de intervenções periódicas preventivas e corretivas para evitar falhas em disjuntores, transformadores e chaves seccionadoras;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



✓ A inexistência, no âmbito da SEFIN, de equipe técnica própria com qualificação e habilitação legal para executar tais serviços, exigindo a contratação de empresa especializada, devidamente registrada junto ao CREA e com profissional responsável habilitado;

Dessa forma, a solução técnica é adequada, necessária e suficiente para garantir o pleno funcionamento das subestações, a continuidade dos serviços públicos e a segurança patrimonial e de servidores.

II – Viabilidade Econômica

A proposta apresenta viabilidade econômica comprovada, considerando:

- ✓ Que a manutenção preventiva e corretiva periódica das subestações reduz custos com emergências, falhas elétricas e substituição de equipamentos de alto valor, representando economia ao erário a médio e longo prazo;
- ✓ Que o custo estimado foi definido com base em levantamento de mercado e relatórios técnicos, refletindo valores compatíveis com o setor e com a complexidade do serviço, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Que a manutenção contratada tem natureza continuada, permitindo contratação vantajosa e estabilidade orçamentária, conforme Portaria nº 105/2024 - Sefin e os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Que a execução por empresa especializada evita a necessidade de aquisição de novos equipamentos e prolonga a vida útil do sistema elétrico existente, otimizando o investimento público;
- ✓ Que a contratação prevê garantia mínima dos serviços e peças substituídas, mitigando riscos financeiros e garantindo maior retorno sobre o investimento.

Assim, a solução escolhida apresenta o melhor equilíbrio entre custo, benefício e segurança operacional, sendo técnica e economicamente viável para o atendimento das necessidades da SEFIN.

Declara-se, portanto, a plena viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme fundamentos técnicos apresentados nos relatórios de inspeção e especificações do Termo de Referência, atendendo integralmente ao disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação proposta é estrategicamente necessária, assegurando a continuidade operacional, a proteção dos ativos tecnológicos e a eficiência na gestão pública, em estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Após a análise técnica, administrativa, operacional e ambiental realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação proposta é necessária, oportuna e plenamente viável, apresentando-se como a solução mais adequada, segura e econômica para assegurar a continuidade dos serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

A manutenção preventiva e corretiva das subestações elétricas abrigadas das unidades SEFIN I e SEFIN II é indispensável à estabilidade do fornecimento de energia elétrica, prevenindo interrupções que possam comprometer os sistemas de arrecadação, gestão fiscal, atendimento ao contribuinte e demais atividades administrativas vinculadas ao funcionamento da Secretaria.

O estudo confirmou que a SEFIN não dispõe de equipe técnica especializada para executar serviços dessa natureza, os quais exigem profissionais habilitados no CREA e domínio de normas específicas, como ABNT NBR 5410, NBR 16384, NBR 13231, NR-10 e NR-35, além de equipamentos de medição certificados e calibrados. Assim, a contratação especializada mostra-se a alternativa mais eficiente e segura.

A análise orçamentária demonstrou a existência de recursos financeiros adequados e vinculados à dotação orçamentária 23.901.04.122.0001.2016.0029 – Manutenção e Funcionamento Administrativo, elemento de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, assegurando a exequibilidade financeira da contratação.

Do ponto de vista ambiental, foram previstas medidas preventivas, corretivas e educativas que garantem a destinação adequada dos resíduos elétricos e químicos, o uso racional de recursos naturais e o cumprimento integral da legislação ambiental e de sustentabilidade, em alinhamento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conclui-se, portanto, que a contratação da empresa especializada:

- Atende aos requisitos de necessidade pública, economicidade, eficiência e segurança operacional;
- Assegura a continuidade e confiabilidade do sistema elétrico das unidades administrativas da SEFIN;
- Observa integralmente os princípios da planejamento, transparência, eficiência, legalidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021;
- Encontra-se tecnicamente justificada e juridicamente amparada, apresentando vantagem para a Administração e melhoria na gestão da infraestrutura elétrica municipal.

Assim, este Estudo Técnico Preliminar recomendam a celebração do contrato, nos termos aqui delineados, como instrumento essencial para garantir a operacionalidade, a segurança e a eficiência energética das instalações da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN.

Em síntese, o presente ETP demonstra que a solução escolhida representa o equilíbrio ideal entre desempenho, segurança, custo e sustentabilidade, consolidando-se como alternativa mais vantajosa frente às demais opções disponíveis no mercado.

documento assinado digitalmente

Gislane Uchoa Lima

Gerente da Célula de Gestão Administrativa

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza
Att. Sr. (a) Pregoeiro(a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A Empresa _____ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

1. Identificação da licitante:

- a. Razão Social:
- b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- c. Endereço completo:
- d. Representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- e. Telefone, celular, e-mail:
- f. Banco Santander ou outra instituição financeira que venha a substituí-lo: agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

(Não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação.)

OUTRAS CONDIÇÕES, EM SENDO O CASO.

3. Formação do Preço:

| GRUPO ÚNICO | | | | | | | |
|-------------|--------|-----------|-----------------------|----------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------|
| ITEM | CATSER | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | QTD. MENSAL | VALOR UNIT. MENSAL | VALOR ANUAL 12 MESES | VALOR PARA 60 MESES |

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

| | | | | | | | |
|----|------|---|--|----|-----|-----|-----|
| 01 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN I: Rua General Bezerril, nº 755 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. | 12 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 02 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN II: Rua General Bezerril, nº 730 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e a Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). | 12 | R\$ | R\$ | R\$ |

VALOR POR EXTENSO: R\$ _____(xxxxxxx) para 12 meses.

VALOR POR EXTENSO: R\$ _____(xxxxxxx) para 60 meses.

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra, deslocamento, diárias e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados.
2. Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria Municipal as Licitações de Fortaleza - SELIFOR, como: laudos técnicos de análises do

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

3. O local de execução do serviço e todo o seu detalhamento, inclusive quanto aos prazos, estão em conformidade com o indicado no Termo de Referência.
4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data da assinatura do contrato, devendo ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos moldes do art. 94, e no Diário Oficial do Município de Fortaleza – D.O.M, podendo ser prorrogado respeitando, nos termos e limites da Lei nº 14.133/2021.
5. O prazo de execução contratual deverá ocorrer dentro do período de vigência contratual.
6. O local de entrega dos serviços será o indicado no Termo de Referência.

Local e data Assinatura
do representante legal
(Nome e cargo)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO nº _____/ 2026
Processo nº **P054249/2026 – SEFIN**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS, E A
(O) CONTRATADA, ABAIXO QUALIFICADOS
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA**

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS SEFIN**, localizada na Rua General Bezerril, nº 755, Bairro Centro, CEP: 60.055-100, com recursos do **FUNDO DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (FIDAF)**, inscrito no CNPJ sob o nº 23.883.983/0001-57, neste ato legalmente representado pela Coordenadora Administrativo Financeira, Sra. **ANTÔNIA MARQUES DE MACÊDO**, inscrita no CPF nº 388.XXX.XXX-34, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza/CE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome, função, telefone e e-mail para contato) conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico nº __, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos **Decretos Municipais nº 15.595**, de 22 de março de 2023, Decreto Municipal nº **15.604**, de 28 de março de 2023, **Decreto Municipal nº 15.608** de 31 de março de 2023, Decreto nº 15.875, de 11 de Janeiro de 2024, **Lei Municipal nº 10.350**, de 28 de maio de 2015 na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), **Decreto nº 15.913**, de **27 de fevereiro de 2024** – Dispõe sobre os serviços e fornecimento contínuos no âmbito do Município de Fortaleza, **Portaria nº 105/2024**, define os serviços e fornecimentos considerados de natureza contínua, no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças, **Normas ABNT NBR 5410 e 16384** normas técnicas sobre instalações e manutenção de subestações, **Lei nº 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos e **Resolução CONAMA nº 362/2005** – descarte de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



óleos isolantes e demais alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças/materiais necessários à execução dos serviços de 02 (duas) subestações elétricas abrigadas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN.

1.1. ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

| Item | CATSER | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | QTD. ANUAL | VALOR UNIT. MENSAL | VALOR TOTAL PARA 12 MESES | VALOR TOTAL PARA 60 MESES |
|------|--------|--|---|------------|--------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN I: Rua General Bezerril, nº 755 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). | 12 | R\$ | R\$ | R\$ |

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

| | | | | | | | |
|---|------|---|---|----|-----|-----|----|
| | | | Garantia do serviço: 6 (seis) meses | | | | |
| 2 | 4901 | Manutenção Preventiva e Corretiva, quando necessária - SEFIN II: Rua General Bezerril, nº 730 - Centro, Fortaleza/CE | Manutenção Preventiva será executada de forma mensal e periódica e a Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. | 12 | R\$ | R\$ | RS |

Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência do Edital nº xxx;

1.2.2. O Edital de Licitação do PE n.º xxx/2026;

1.2.3. A Proposta da contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), para 12 meses e R\$ _____ (_____) para 60 meses.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LOCAIS DAS MANUTENÇÕES

- **SEFIN I:** Rua General Bezerril, nº 755 – Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.055-100;
- **SEFIN II:** Rua General Bezerril, nº 730 – Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.055-100;

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação, no exercício de 2026, serão provenientes dos seguintes recursos:

Órgão: 23000 - Secretaria Municipal das Finanças (Sefin)

- Unidade Orçamentária: 23901 – Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária.
- Projeto/atividade: 04.122.0001.2016.0029 – Manutenção e Funcionamento Administrativo.
- Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- Fonte de Recurso: 0175900000003 - Recursos Vinculados a Fundos - Recursos Vinculados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência desta contratação será de 60 (sessenta) meses contados da assinatura, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021. Relativamente aos serviços de manutenção corretiva e preventiva por se tratarem de serviços de natureza continuada, admite-se a prorrogação da vigência por períodos sucessivos de igual duração, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o artigo 107 da referida lei.

16.2. O prazo de execução do objeto contratual, deverá ser executado dentro do período da vigência, conforme subitem 16.1.

16.3. Nos casos em que o documento for assinado digitalmente, a data de assinatura a ser considerada será aquela da última assinatura digital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

7.1. O serviço de Manutenção Preventiva deverá ser prestado dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, seguido da ORDEM DE SERVIÇO.

7.2. O serviço de manutenção preventiva deverá ser prestado de forma programada e periódica, em conformidade com as normas ABNT NBR 14039 (Instalações Elétricas de Média Tensão), NBR 5410 (Baixa Tensão), NBR 16384 (Segurança em eletricidade — Recomendações e orientações para trabalho seguro em serviços com eletricidade), NBR 13231 (Proteção contra incêndio em subestações elétricas) bem como as Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35, quando aplicável, e a confecção de relatório técnico referente ao serviço prestado.

7.3. As atividades mínimas a serem realizadas em cada manutenção preventiva incluem: Dentre as atribuições relacionadas a Manutenção Preventiva, deverá ser realizado o seguinte:

- ✓ Ramal de entrada: verificação da integridade, revisão e reaperto de conexões, limpeza e inspeção dos para-raios;
- ✓ Conjunto cabo-mufla: revisão e reaperto das conexões, limpeza de cabos e terminações, verificação de aterramentos e integridade;
- ✓ Transformadores: limpeza externa, inspeção de conexões de alta e baixa tensão, verificação de buchas, tampas e guarnições, análise de possíveis vazamentos de óleo, ensaios de resistência ôhmica e de isolamento, medições elétricas com apresentação de certificados de calibração dos instrumentos;
- ✓ Chaves seccionadoras: limpeza, inspeção de articulações, pinos, travas e isoladores, lubrificação de partes móveis, medição de resistência de isolamento, verificação de intertravamentos e reaperto de conexões;
- ✓ Barramentos: limpeza, inspeção dos suportes e isoladores, reaperto de conexões e checagem do aterramento;
- ✓ Sistema de aterramento e SPDA: medição da resistência ôhmica da malha de terra e revisão das conexões;
- ✓ Quadros elétricos (QGBT/QTA): inspeção, limpeza, reaperto de conexões, teste funcional de transferência de carga (quando aplicável);
- ✓ Banco de capacitores: inspeção, limpeza e testes de funcionamento;
- ✓ Ensaios de óleo isolante (quando aplicável): coleta de amostras e realização de ensaios físico-químicos (rigidez dielétrica, índice de neutralização e teor de água), com apresentação de laudos técnicos;
- ✓ Relatórios técnicos: emissão de relatório completo com todos os testes, ensaios e medições, acompanhado de ART registrada no CREA referente ao serviço executado.
- ✓ Apresentar resultados de todas as medições elétricas realizadas, com conclusões;
- ✓ Apresentar sugestão de melhorias, em caso de pendências observadas;
- ✓ É de responsabilidade da contratante, visando a execução da manutenção preventiva, a solicitação de desligamento da energia junto a Enel, mediante planejamento apresentado pela contratada, num prazo mínimo de 30 dias da data pretendida para manutenção.

7.4. Todas as medições e ensaios deverão ser realizados com instrumentos devidamente calibrados, acompanhados de certificados válidos, emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO.

7.5. O planejamento, execução e acompanhamento dos serviços deverão observar também as boas práticas de gestão de projetos descritas no PMBOK (Project Management Body of Knowledge), garantindo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



padronização, eficiência, mitigação de riscos e melhoria contínua.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

8.1. Os serviços de manutenção corretiva serão executados **SOB DEMANDA**, sempre que identificadas falhas, defeitos ou comprometimento de desempenho em quaisquer componentes das subestações elétricas, abrangendo integralmente a substituição de peças defeituosas por peças novas, ajustes, testes e ensaios necessários ao restabelecimento pleno do funcionamento.

8.2. A manutenção corretiva deverá ser realizada através da **ORDEM DE SERVIÇO**, onde, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, a Contratada deverá comparecer para realizar a verificação do serviço a ser realizado, nos prazos constantes no APÊNDICE III DO ANEXO I.

8.3. Caso a Ordem de Serviço indique ser um chamado emergencial, a Contratada deverá comparecer na sede da Sefin I ou II, no prazo estipulado no Anexo I -ANS. O chamado poderá ser realizado através de *email* e/ou contato telefônico.

8.4. Caso a empresa contratada verifique a necessidade de substituição de peças/equipamentos, deverá comunicar a fiscalização do contrato, apontando as justificativas para a necessidade de substituição informada. A fiscalização analisará e, concordando, aprovará a solicitação apresentada através da emissão de ordem de serviço, podendo esta situação ocorrer durante a própria realização de manutenção preventiva geral da subestação para se evitar a necessidade de nova visita técnica ao local.

8.5. A contratada será responsável pela reposição integral de quaisquer peças ou componentes, independentemente de modelo, tipo, quantidade ou valor unitário, sem que caiba cobrança adicional ao contratante.

8.6. As peças utilizadas deverão ser novas, originais de fabricante ou similares homologadas, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, observando sempre as especificações técnicas recomendadas.

8.7. Após cada intervenção corretiva, deverá ser emitido relatório técnico detalhado, acompanhado da respectiva ART registrada no CREA, atestando a plena operacionalidade do sistema.

8.8. Todo o serviço deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas da ABNT (NBR 14039, NBR 5410, NBR 16384 e correlatas), com as exigências da NR-10 e NR-35, e em consonância com as boas práticas de gestão do PMBOK, que estabelecem diretrizes de planejamento, monitoramento, controle e garantia da qualidade.

CLÁUSULA NONA - DOS SERVIÇOS CONTINUADOS:

9.1. O serviço de manutenção da subestação elétrica, possui a natureza continuada, conforme Portaria nº 105/2024, que define os serviços e fornecimentos considerados de natureza contínua, no âmbito da Secretaria Municipal das Finanças, para fins de aplicação da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 15.913 de 27 de fevereiro de 2024, sendo possível, portanto, prorrogar a vigência contratual, nos termos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. Os serviços deverão ser executados no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

de Empenho, seguido da Ordem de serviço, quando tratar de manutenção preventiva, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas quando for manutenção corretiva, e ainda, até 04(quatro) horas quando a manutenção corretiva indique ser um chamado emergencial, onde os mesmos deverão ser prestados rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas neste Contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

10.2. Todas as despesas referentes aos serviços, mão-de-obra, materiais, multas, danos ao patrimônio público ou a terceiros, deslocamentos, transporte, enfim, taxas de qualquer natureza, ficarão a cargo da **CONTRATADA**.

10.3. Todos os materiais e serviços deverão estar de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Concessionárias locais.

10.4. Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, em especial a NR-10 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.5. Fornecer e obrigar os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço a usar equipamentos individuais e coletivos de segurança, de acordo com o previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego e nos demais dispositivos de segurança, e utilizar uniforme e crachá de identificação (da empresa), durante todo o tempo de permanência no local da execução dos serviços.

10.6. O pessoal utilizado pela **CONTRATADA** não terá vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, cabendo a **CONTRATADA** todo e qualquer ônus decorrente de relação de emprego, encargos sociais, seguros contra acidente e quaisquer exigências das leis trabalhistas e previdenciárias.

10.7. A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

10.8. A **CONTRATADA** deverá assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência ou às normas de segurança quanto da execução dos serviços.

10.9. As pessoas, a serviço da empresa **CONTRATADA**, deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento.

10.10. Todo e qualquer serviço a ser executado pela empresa **CONTRATADA** deverá ser acompanhado por um servidor vinculado ao **CONTRATANTE**, que não se responsabilizará por qualquer intercorrência eventualmente ocasionada durante e após a realização do serviço.

10.11. Os serviços deverão ser realizados nos endereços abaixo indicados:

| LOCAIS DE EXECUÇÃO | |
|--|--|
| ÓRGÃO/ENTIDADE | ENDEREÇO: |
| Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN I | Rua: General Bezerril, nº 755, Centro – Fortaleza/CE – CEP: 60.055-100 – SEFIN I |
| Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN II | Rua: General Bezerril, nº 730, Centro – Fortaleza/CE – CEP: 60.055-100 – SEFIN II |

10.12. O **CONTRATANTE** designará Comissão Técnica cujo propósito será o acompanhamento do serviço e a conferência deste com as especificações contidas na proposta de preços, edital e neste Termo. Caso o

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



serviço esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, os servidores rejeitarão o atesto do mesmo.

10.13. A **CONTRATADA** ficará obrigada a executar novamente, sem ônus para o **CONTRATANTE**, imediatamente ou no prazo que o **CONTRATANTE** determinar, os serviços que vierem a ser recusado.

10.14. O serviço que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e neste instrumento deverá ser realizado novamente no prazo fixado no subitem 10.1 deste Contrato, contados da sua notificação, sob pena de não ser atestado.

10.15. Os serviços de manutenção deverão ser realizados preferencialmente das sextas-feiras aos domingos, no horário compreendido entre 18h e 22h às sextas-feiras e entre 08h e 17h aos sábados e domingos, tudo rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta apresentada pela empresa **CONTRATADA**, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

10.16. É de responsabilidade do contratante, visando a execução da manutenção preventiva, a solicitação de desligamento da energia junto a Enel, mediante planejamento apresentado pela contratada, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data pretendida para manutenção.

10.17. Quanto ao recebimento:

10.17.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, no prazo de até 10(dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por servidor indicado pelo **CONTRATANTE**;

10.17.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 30(trinta) dias, após verificação da qualidade e da quantidade do serviço prestado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pela Comissão Técnica de Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO, devendo haver rejeição no caso de desconformidade;

10.18.3. Prestar garantia dos serviços prestados, nos seguintes prazos:

10.18.3.1. 06(seis) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, exclusivamente no **BANCO SANTANDER S/A**, ou em outro que venha a lhe substituir conforme indicação do **CONTRATANTE**.

11.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

11.3. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou, se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste Termo.

11.5. Os pagamentos encontram-se, ainda, condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.5.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA SEFIN

12.1. São obrigações da **SEFIN**:

12.1.1. Solicitar a execução do objeto à **CONTRATADA** através da emissão de Ordem de Serviço, após a emissão do Empenho.

12.1.2. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

12.1.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de Comissão Técnica de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato.

12.1.4. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste Termo.

12.1.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos equipamentos contratado através de servidores especialmente designados.

12.1.8. Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

12.1.9. Documentar as ocorrências havidas.

12.1.10. O **CONTRATANTE** se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

12.1.11. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, o **CONTRATANTE** se obriga a dar ciência prévia à **CONTRATADA** quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados, quando for o caso.

12.1.12. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte do **CONTRATANTE** com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões, limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor inicial atualizado do contrato.

13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

13.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

13.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução do objeto contratado, no prazo máximo estipulado no subitem 13.6;

13.8. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução contratual;

13.9. A **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

13.10. O CONTRATO terá cobertura de 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana sem restrições a final de semana ou feriado, estando a **CONTRATADA** sempre disponível a dar suporte técnico para a realização dos serviços nas subestações abrigadas.

13.11. Caso existe algum intercorrência de cunho emergencial, os serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, deverão ser realizados imediatamente, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

13.12. No momento da Celebração do CONTRATO, a empresa **CONTRATADA** deverá executar os serviços em estrita observância as Leis ambientais no âmbito Federal, Estadual e Municipal, que regulamentam a execução do serviço contratado, onde, caso a empresa **CONTRATADA** não detenha todas as licenças/documentos específicos para a realização do serviço.

13.13. Prestar garantia dos serviços prestados, nos seguintes prazos:

13.13.1. 06(seis) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo, para a prestação de serviços de manutenção corretiva e da manutenção preventiva;

13.14. Em casos excepcionais, e desde que autorizado pelo **CONTRATANTE**, os serviços de manutenção corretiva poderão ocorrer em local diferente do indicado no **subitem 10.12** deste Termo, onde, através de prévia autorização do Gestor do CONTRATO, a **CONTRATADA** fará a retirada do equipamento com a finalidade de não prejudicar o funcionamento das dependências da SEFIN, e substituir por equipamento similar.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13.15. Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

13.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.18. Manter-se, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pelo Contratante, para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratada qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

13.19. Acatar as orientações do Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.20. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados do Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

13.21. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados ao CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CONTRATANTE.

13.22. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie.

13.23. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas ao CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município de Fortaleza – D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme Decreto Municipal nº 15.524 de 09 de janeiro de 2023.

14.2. Os trabalhos serão supervisionados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Comissão mencionada no subitem acima, com poderes para verificar se os serviços foram realizados de acordo com o exposto neste instrumento; analisar e decidir as proposições da **CONTRATADA**, quando houver; e, ainda, opinar sobre as demais ações, buscando sempre o perfeito andamento das atividades albergadas por este instrumento.

14.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

14.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução dos serviços deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

14.5. A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, onde, o serviço rejeitado deverá ser executado novamente sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços.

15.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e 98, da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.

16.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato ou por, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

16.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 8.6 deste instrumento.

16.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- ✓ prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- ✓ multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- ✓ obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

- I- Advertência;
- II- Multa;
- III- Impedimento de licitar e contratar;
- IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

17.3. A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

17.4. A sanção de **MULTA** será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 17.3.
 - b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a contratação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

c) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

17.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove, vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo Único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

17.6. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - apresentar ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 17.7 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

17.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

17.9. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O CONTRATO se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

19.1.1. O CONTRATO poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o CONTRATO não mais lhe oferece vantagem.

19.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do CONTRATO, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

19.2. O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

19.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.3.3. Indenizações e multas.

19.4. A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.5. Poderá ocorrer a extinção do CONTRATO caso se constate que ao contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do CONTRATO, nos termos do art. 14, IV, Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

21.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de CONTRATO;

21.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de CONTRATO;

21.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

21.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do CONTRATO;

21.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um CONTRATO financiado pelo organismo.

21.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o CONTRATO vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do CONTRATO e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

22.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente CONTRATO, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, e ainda, ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A Administração do **CONTRATANTE** analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

24.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

24.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do **CONTRATANTE**, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

24.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente CONTRATO, fica desde já compelida a **CONTRATADA** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

24.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste CONTRATO, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– DO FORO

25.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste CONTRATO, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021. E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente CONTRATO, que está visado pela Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes.

Local e data

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de consórcios, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE 02 (DUAS) SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS ABRIGADAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

Cumprе ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório, foi conferido ao ente administrativo, permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, por força do art. 15 da Lei nº14.133/2021.

No caso em apreço, a ausência de empresas consorciadas não trará prejuízos à competitividade do certame, posto ser um serviço sem alta complexidade técnica e, que no mercado, existem várias empresas do ramo deste tipo de serviço, não necessitando, para tanto, do apoio técnico de empresas consorciadas, onde somente através da constituição de um consórcio, seria possível comprovar a sua capacidade técnica na execução dos serviços objeto da presente licitação.

Corroborando esta tese, o prof. Marçal Justen Filho, in comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13, ed; 2009, pág. 47 e 477, leciona que:

[...] Em regra, o consócio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecer em disputa entre si, formalizariam acordo para eliminara competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

Ainda sobre o tema, a jurisprudência do TCU em assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor, a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas sem consórcios na licitação, vejamos:

[...]abstenha-se de preverem cláusulas editalícias tão somente a participação única,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

*exclusiva e obrigatória de empresas em consórcio, pois pode prejudicar a competitividade da licitação, em desacordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e com o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993[...]***Acórdão 1711/2017 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo.**

Fortaleza, data da assinatura digital.

Documento Assinado Digitalmente

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Secretário Municipal das Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e Data

Licitante

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO VI – RELAÇÃO DO CÓDIGO DO CATSER UTILIZADO NO TERMO DE REFERÊNCIA

| CATSER | ESPECIFICAÇÃO |
|---------------|---|
| 4901 | Manutenção Preventiva a cada seis meses e Corretiva da Subestação Elétrica abrigada, quando necessária, com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. |
| 4901 | Manutenção Preventiva a cada seis meses e Corretiva, quando necessária, da Subestação Elétrica abrigada com fornecimento de peças/materiais necessários à execução dos serviços a fim de manter ininterrupto o funcionamento dos transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras, com medição em média tensão de potência 13.800V/380/220V - 225 KVA com transformador à óleo , chave seccionadora, quadro de geral de baixa tensão (QGBT). Garantia do serviço: 6 (seis) meses. |

Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO VII - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

A presente licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE 02 (DUAS) SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS ABRIGADAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

15.5.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

15.5.1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

15.5.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico financeira.

15.5.2. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no subitem 15.5.1.

15.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.5.3.1. Os documentos referidos no subitem **15.5.3**, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.5.4. O balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, todos registrados e autenticados na Junta Comercial, constando, necessariamente, o número do Livro Diário e das respectivas folhas nas quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



representante legal da empresa.

15.5.5. Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitado os termos do Decreto nº 8.683/2016 e a INRFB vigente.

15.5.6. O balanço patrimonial apresentado deverá corresponder aos termos de abertura e encerramento do Livro Diário apresentado.

15.5.7. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação e editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

15.5.7.1. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

15.5.8. No caso de Licitante recém-constituída (há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.9. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório; em se tratando de cooperativas, o balanço patrimonial, atendidas as formalidades legais pertinentes, deverá ser inscrito na junta comercial competente.

15.5.10. Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá ser comprovada a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

$$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP} \geq 1,0$$

Ou

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10866 | PROCESSO ADM. Nº P220361/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026 | UASG: 927744

Ou

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP} \geq 1,0$$

PC + PELP

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

LC: Liquidez Corrente SG: Solvência Geral

AT: Ativo total

15.5.11. Caso o subitem **15.5.10** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovada através da apresentação do balanço patrimonial.

15.5.12. Caso a licitante cote mais de um item, o valor do patrimônio líquido deverá corresponder ao somatório dos itens dos quais for vencedor.

Fortaleza, data da assinatura digital.

Documento Assinado Digitalmente

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Secretário Municipal das Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO VIII – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA COTA RESERVADA

A presente licitação tem por objetivo realizar **LICITAÇÃO** para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE 02 (DUAS) SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS ABRIGADAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

Imperioso ressaltar que o Decreto nº 13.735/2016, excetua as situações em que o serviço não poder ser dividido, pela possibilidade de trazer prejuízos a administração. Pois bem, no caso do serviço objeto da presente licitação ser dividido, ou seja, caso venha a ser utilizada cota reservada para ME e EPP, teríamos 02 (dois) pretensos contratados (ampla concorrência e cota reservada).

Contudo, caso seja executado por mais de uma empresa, a execução contratual restará comprometida, esta contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, pois o objeto não traz viabilidade técnica para seu parcelamento, já que se trata de um serviço único e integrado, ficando justificado o não parcelamento da solução.

O monitoramento quanto à execução contratual realizada acompanhando apenas uma única empresa, otimiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas, sendo fácil detectar a responsabilidade e/ou necessidade de refazimento do serviço que não esteja de acordo com as descrições do Anexo I desta licitação.

Por fim, cumpre esclarecer que a plataforma eletrônica Compras.gov.br, não permite a divisibilidade quando o objeto se refere a prestação de serviços, face a indisponibilidade do sistema comprasnet fazer destinação de cota reservada.

Márcio Cardeal Queiroz Da Silva
Secretário Municipal das Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número 2OFOJSGR

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5368199 e código 2OFOJSGR

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: